



LIVRO ELETRÔNICO

Planejamento

Tipo de Aula em PDF:

☒ Aula em PDF Autossuficiente (Teoria e Questões comentadas)

Aula em PDF de Revisão (Direto ao Ponto)

Aula em PDF de Reta Final

Autor:
PAULO LACERDA



Sumário

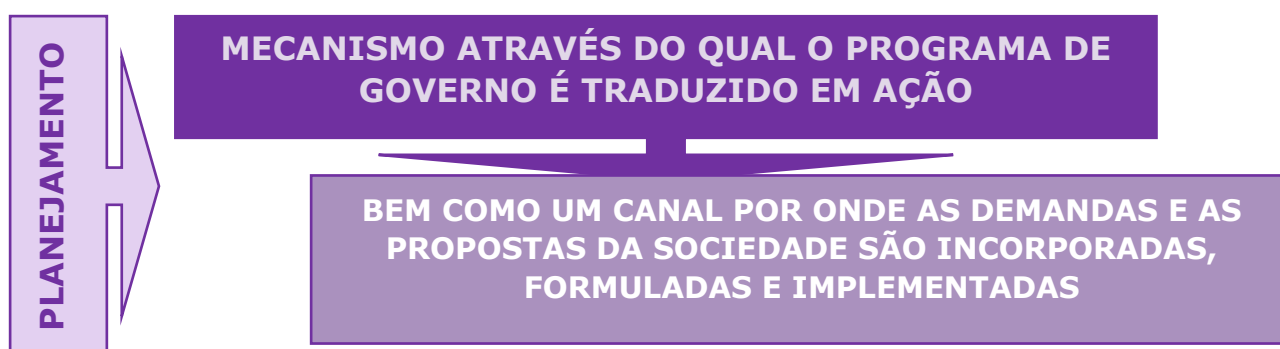
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	3
1.1 FRAGILIZAÇÃO E REINVENÇÃO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL 13	
1.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL FEDERAL E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS	27
1.3 A EVOLUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO	35
1.4 A JORNADA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS NO BRASIL	37
1.5 OLHANDO PARA O FUTURO	42
2. QUESTÕES	44
3. GABARITO	77
4. COMENTÁRIOS	79

1. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

De acordo com o IPEA (2023: Boletim de Análise Político-Institucional), a concepção de planejamento governamental é amplamente multifacetada e essencial para a formação de um **governo proativo, perspicaz e, sobretudo, conectado com as necessidades e anseios de sua população**. Este planejamento, inerentemente imbricado na estrutura de condução do governo, se estende **além da produção de documentos e planos**.

A ESSÊNCIA DO PLANEJAMENTO

O planejamento deve ser entendido, em sua profundidade, como uma habilidade tecnopolítica.



A eficácia do planejamento é otimizada à medida que é moldada por critérios republicanos e democráticos nas instituições do Estado, e é **guiada por valores e normas que ressoam com as expectativas da cidadania**.

EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

IPEA (2017: O Futuro do Estado no Brasil e seus Impactos na Sociedade: Questões para o Desenvolvimento até 2035) afirma que, historicamente, o Brasil

observou uma expressiva mudança na percepção e na aplicação do planejamento governamental desde os anos 1960.

Antes desta época, o planejamento era percebido predominantemente sob um prisma contábil.

Foi apenas com a introdução de marcos legislativos, como a Lei nº 4.320/1964 e o Decreto nº 71.353/1972, seguidos pela Constituição Federal de 1988, que se inaugurou uma nova era no cenário do planejamento no país.

A Lei nº 4.320/1964, por exemplo, foi pioneira ao estabelecer diretrizes para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços de todas as esferas federativas.

Já o Decreto de 1972 buscou consolidar atividades de planejamento em um sistema federal integrado, que visava não apenas coordenar e monitorar planos e programas governamentais, mas também assegurar a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos na definição de prioridades, modernização administrativa e estabelecimento de um fluxo contínuo de informação entre as unidades do governo.

DIMENSÕES ESTRUTURANTES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Neste contexto, destacam-se sete dimensões estruturantes que delineiam o espaço e o papel do planejamento estratégico governamental, com um enfoque particular no desenvolvimento nacional:

Participação Social:	Reconhecendo a importância da sociedade na formação e na implementação de políticas, é vital criar canais eficazes e transparentes para a participação popular no processo decisório e de implementação.
-----------------------------	---

Coordenação e Articulação:	Desenvolver mecanismos que possibilitem uma coordenação fluida entre diferentes setores governamentais, promovendo uma atuação articulada e coesa.
Implementação Eficiente:	Estabelecer estratégias claras e viáveis para que os planos e políticas propostos sejam implementados de maneira efetiva e congruente com os objetivos estabelecidos.
Monitoramento Contínuo:	Implementar sistemas robustos para monitorar o progresso e o desempenho das políticas, assegurando que elas estejam alinhadas com os objetivos propostos.
Avaliação de Impacto:	Desenvolver uma matriz avaliativa que mensure o impacto das políticas, garantindo que as ações do governo estejam produzindo os efeitos desejados na sociedade.
Adaptabilidade:	Manter um planejamento flexível, que permita ajustes e reconfigurações em resposta às mudanças no cenário socioeconômico e político.

Transparência:

Garantir que os processos de planejamento, implementação e avaliação sejam transparentes e acessíveis para todos os cidadãos, promovendo uma cultura de responsabilidade e de confiança.

Ao reconhecer essas dimensões, **o planejamento governamental, em sua forma mais autêntica e eficiente, pode emergir como uma ferramenta poderosa que guia a nação em direção a um futuro próspero e equitativo.**

O planejamento não apenas traça o caminho a ser seguido, mas é a via pela qual as aspirações coletivas da sociedade são traduzidas em realidades tangíveis, guiando o país rumo ao desenvolvimento desejado.

A regeneração da capacidade de planejamento, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação é imperativa para **moldar um governo que não apenas atende às necessidades atuais, mas que também antecipa e molda o futuro através de uma gestão pública reflexiva e participativa.**

O verdadeiro desafio, segundo o IPEA (2023), e, portanto, a verdadeira arte do planejamento governamental, residem na **habilidade de tecer juntos os fios da técnica e da política em um tapeçar que reflete a diversidade e riqueza da nação**, garantindo um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável.

CENTRALIDADE POLÍTICA: A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Quando o IPEA (2023) discute a centralidade política no contexto do planejamento governamental, fala essencialmente sobre **alocar um sólido conteúdo estratégico à função de planejamento**.

A necessidade de fazer do planejamento um campo unificador de propostas, diretrizes e projetos não é apenas estratégica, mas também intrinsecamente política.

Desse modo, **as estratégias de ação proclamam tanto potencialidades implícitas quanto explícitas, esboçando trajetórias que, sejam elas possíveis ou desejáveis, orientam o Estado em um caminho coerente e planejado rumo ao desenvolvimento nacional**.

O planejamento governamental se torna o catalisador de iniciativas que buscam traduzir os objetivos políticos em ações e resultados concretos, observando a complexidade e a multiplicidade dos cenários possíveis e desejáveis na esfera governamental.

As estratégias de desenvolvimento, portanto, são concebidas para refletir uma visão política que se alinha com os interesses e as necessidades da nação.

TEMPORALIDADE E DIRECIONALIDADE: NAVEGANDO ATRAVÉS DOS HORIZONTES TEMPORAIS

O planejamento do desenvolvimento nacional, caracteristicamente, abraça **atividades e estratégias de curto, médio e longo prazo**.

Assim, é crucial que o Plano Plurianual (PPA) se organize de maneira seletiva, **operando em vários níveis temporais**, sempre mantendo uma direcionalidade estratégica.

Isto significa que os horizontes temporais das diversas políticas e programas governamentais prioritários devem ter a liberdade de se expressar autenticamente dentro do mesmo instrumento de planejamento.

A respeito das subfunções de orçamentação, monitoramento, avaliação e controle, essas devem levar em consideração, em suas atividades, a especificidade e a temporalidade única em cada caso.

Além disso, **é vital que, mesmo com temporalidades distintas, haja uma coerência entre os diferentes instrumentos, certificando-se que exista uma sinergia entre eles e os momentos em que deverão apresentar resultados complementares.**

A sinergia aprimora o conjunto, tornando-se uma condição imprescindível para o desenvolvimento coeso e integrado.

A visão que orienta os diversos planos e as ações deve ser única, embora construída a partir de múltiplas perspectivas, direcionando-os em um alinhamento harmônico e estratégico rumo ao desenvolvimento desejado.

A diversidade de perspectivas não apenas enriquece o processo de planejamento, mas também **assegura que diversas facetas e nuances sejam consideradas**, proporcionando um caminho bem fundamentado e multidimensional para o avanço nacional.

ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO: COSTURANDO A TRAMA INSTITUCIONAL

Articulação e coordenação emergem como pilares quando se navega através da intrincada rede de planejamento governamental.

O esforço para entrelaçar diferentes estratos de políticas, programas, ministérios e órgãos, bem como diferentes instâncias e poderes federativos, é imenso e imperativo para assegurar uma execução de planos de forma harmoniosa e eficaz.

A engrenagem da articulação institucional e coordenação geral é intrincada e multifacetada.

A miríade de atores envolvidos, cada qual guardando seus próprios interesses e munidos com variados recursos de poder, torna o cenário complexo e desafiador.

Assim, a viabilidade e a eficácia do planejamento governamental estão intrinsecamente atreladas à habilidade de políticos e de gestores em orquestrar esse consórcio de interesses e ações em múltiplos níveis, formando um mosaico coerente e sinérgico que avança rumo aos objetivos almejados.

DIMENSÃO TERRITORIAL: O PALCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A dimensão territorial no planejamento governamental é um ingrediente vital, que transcende a perspectiva puramente geográfica e mergulha na essência das políticas públicas.

Introduzir tal dimensão significa abraçar a complexidade e a singularidade dos territórios, entendendo-os não apenas como recipientes de ações, mas como palcos vivos onde as políticas públicas são encenadas.

O território se converte em uma plataforma de integração das políticas, garantindo a coordenação multissetorial e considerando diversas escalas de desenvolvimento, das demandas imediatas às estratégias de longo prazo, estabelecendo um elo sólido com a realidade concreta e as relações sociais que ali ocorrem.

MUDANÇAS EFETIVAS DA REALIDADE: AFERINDO E ALAVANCANDO IMPACTOS

A verdadeira métrica do sucesso governamental reside na implementação, na gestão das políticas e na entrega real e perceptível de bens e serviços à população.

O alvo deve estar firmemente posicionado na **transformação tangível da realidade dos cidadãos**.

Portanto, **a calibragem das ações de planejamento e execução deve ser nitidamente orientada por resultados**, priorizando eficácia e efetividade, e sempre se alinhando ao propósito último de catalisar o desenvolvimento integral do Brasil no contexto contemporâneo.

Cada etapa, desde a concepção até a execução de políticas, precisa ser bem delineada, financiada, monitorada e avaliada, validando e potencializando sua relevância e impacto.

INTEGRAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Segundo o IPEA (2023: Boletim de Análise Político-Institucional), a superação da dicotomia entre planejamento e orçamento torna-se uma necessidade premente para a coesão e a efetividade das políticas públicas.

O ato de planejar e seus subsequentes planos, seja em âmbitos gerais, setoriais ou territoriais, necessitam de um entrelaçamento intrínseco com os processos orçamentários, engajando-se continuamente em diálogo e articulação política e federativa entre os poderes durante as discussões orçamentárias no Congresso Nacional.

Em um contexto onde o parlamento ganha protagonismo no processo orçamentário, torna-se crucial revisitar e aprimorar esse processo, permitindo uma resposta ágil e coerente aos insumos do planejamento e da gestão.

A influência executiva sobre as escolhas parlamentares, os processos de monitoramento e avaliação, e a garantia de que a direcionalidade e a qualidade do gasto público sejam fatores determinantes no processo alocativo, também merecem destaque e revisão.

Paralelamente, **mecanismos de participação social precisam permeiar estes processos**, alcançando diretamente a orçamentação e garantindo que os

recursos públicos se reflitam em impactos concretos e beneficiem públicos-alvo claramente identificados.

REDESENHAR A INSTITUCIONALIDADE DA FUNÇÃO DE PLANEJAMENTO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA E ESTRATÉGICA

É imperativo reconhecer a proeminência política e operacional do planejamento na tessitura administrativa de uma nação.

A proposta de uma revisão na estruturação da função de planejamento no Brasil advém da crescente necessidade de coordenação e de articulação robusta, onde o órgão central de planejamento estratégico, teoricamente, deve ser posicionado no âmbito da Presidência da República, consolidando uma centralidade e autoridade inerentes à sua importância.

I. Estruturação do Órgão Central:

A visão amplificada reconhece que o sistema de planejamento, enquanto instrumento da alta gestão governamental, tem como funções basilares:

- | |
|---|
| i) provisionar conhecimento e informação ao dirigente principal; |
| ii) processar técnica e politicamente as demandas e as decisões advindas da liderança; |
| iii) manter e atualizar continuamente o plano de governo; |
| iv) assegurar a coesão da rede de decisões da alta direção governamental; |
| v) fornecer cenários pertinentes para embasar a delineação de trajetórias rumo aos objetivos almejados; e |
| vi) coordenar o sistema de planejamento estratégico global do governo. |

II. Incorporação e Estruturação Institucional:

Com base na Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Planejamento e Coordenação deve integrar entidades subsequentemente criadas.

O órgão central, denominado Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República (Seplan/PR), deve ser edificado com uma estrutura organizacional afiada, *focando intensamente nas tarefas supracitadas*.

III. Secretaria de Planejamento de Longo Prazo:

A incumbência desta secretaria seria *gerir análises de problemáticas complexas, de caráter multissetorial e multidimensional*, gerindo a criação de cenários prospectivos e avaliando a consistência intertemporal das propostas e realizações.

IV. Coordenação de Agendas Transversais e Multissetoriais:

Esta coordenação teria a missão de articular e coordenar a conversão do programa de governo eleito no Plano Plurianual (PPA), bem como os programas e projetos transversais e multissetoriais.

Sua posição e estrutura devem ser tais que *facilitem a participação social nos processos decisórios* e possuam uma potente força convocatória junto aos ministérios tradicionais.

V. Reinventando a Secretaria de Orçamento Federal (SOF):

A reinventada SOF necessitaria ser embebida de um caráter profundamente estratégico.

Seu direcionamento deveria se alinhar não apenas às ações orçamentárias, mas também a **impulsar os processos de participação social**, alinhando as ações orçamentárias ao planejamento participativo.

Ademais, estruturar um diálogo consistente com demais entes federativos para **revisar o processo orçamentário de uma maneira mais orgânica**, permitindo a atualização de classificações orçamentárias que se tornaram obsoletas, e estabelecer mecanismos para incorporar processos avaliativos são passos vitais.

A intenção é transmutar a natureza isolada dessa burocracia, potencializando sua atuação em redes intra e intergovernamentais, integrando e estratégia e a operacionalidade de modo coeso e impactante.

Este redesenho proposto visa **a criação de um sistema de planejamento governamental que seja simultaneamente inovador, estratégico e participativo**, que não somente compreende as multifacetas do governo, mas também esteja **apto a agir proativamente diante dos desafios contemporâneos e futuros**, pavimentando um caminho sólido para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

1.1 FRAGILIZAÇÃO E REINVENÇÃO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

De acordo com o IPEA (2023), nos anos recentes, o Brasil tem sido palco de uma **substancial reconfiguração no que tange aos mecanismos, organização e instrumentos de planejamento governamental em nível federal**.

A política orçamentária e as estruturas de planejamento têm experimentado alterações e desafios que revelam um cenário paradoxal entre a tradição e a inovação, a autonomia e o controle, e a estabilidade e a mudança.



O ESMAECIMENTO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL FEDERAL

O ano de 2019 registrou um episódio que simbolizou um desvio marcante no contexto do planejamento governamental brasileiro.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo governo Bolsonaro, **visava a retirada do Plano Plurianual (PPA) do quadro constitucional**, evidenciando uma potencial desvalorização das funções de planejamento no Poder Executivo.

Além disso, a dissolução do Ministério do Planejamento e a subsequente criação de um "superministério" da Economia, consolidaram uma reestruturação que viu a **fusão de remanescentes da Secretaria de Planejamento com a Secretaria de Orçamento Federal**.

ASCENSÃO LEGISLATIVA NA GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA

Em paralelo, tem-se observado uma convergência com outro fenômeno que tem sido profundamente característico no regime de governança orçamentária brasileira atual: **a crescente influência do Poder Legislativo na definição de prioridades orçamentárias**.

O reforço das emendas impositivas e a implantação de "emendas pix" destacam uma tendência de consolidação do Legislativo como um agente expressivo na condução orçamentária e na destinação de recursos públicos, algo que se tornou especialmente proeminente durante o governo Bolsonaro, explica o IPEA (2023: Boletim de Análise Político-Institucional).

O DILEMA DA GOVERNANÇA E O FUTURO DO PLANEJAMENTO

Diante deste cenário, **o resgate do protagonismo do Poder Executivo na articulação, formulação e implementação de políticas públicas torna-se imperativo.**

Este percurso passa, essencialmente, pelo revitalizar da função de planejamento e pela reflexão crítica e recalibração do processo orçamentário.

A atual estrutura de governança orçamentária, consolidada, pelo novo arcabouço fiscal, substituiu a conhecida **Emenda do Teto de Gastos**, sinalizando para a potencial emergência de um novo arranjo, oferecendo, assim, uma oportunidade para o reposicionamento de processos e estratégias.



Fonte: planalto.gov.br.

A nova regra fiscal limita o crescimento da despesa a 70% da variação da receita dos 12 meses anteriores. O novo arcabouço combina um limite de

despesa mais flexível que o teto de gastos com uma meta de resultado primário (resultado das contas públicas sem os juros da dívida pública).

Metas fiscais

Além de estabelecer uma trajetória para as despesas, a lei estipula metas fiscais anuais. Segundo o texto aprovado, o governo pretende zerar o déficit primário em 2024, atingir um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e dos serviços produzidos) em 2025 e de 1% em 2026. Como a equipe econômica prevê déficit primário de 1% do PIB para este ano, a proposta significaria um ajuste de 3 pontos percentuais até 2026.

Como haverá uma margem de tolerância de até 0,25 ponto percentual do PIB, o resultado primário poderá variar entre déficit de 0,75% e de 0,25% do PIB neste ano, déficit de 0,25% a superávit de 0,25% em 2024, superávit de 0,25% a 0,75% em 2025 e superávit de 0,75% a 1,25% do PIB em 2026.

Investimentos

Para garantir um nível mínimo de investimentos (obras públicas e compra de equipamentos) em momentos de contração econômica, a lei incluiu um piso de 0,6% do PIB, previsto no Orçamento Geral da União de cada ano. Para 2024, esse montante equivaleria a R\$ 69 bilhões.

Caso o governo consiga obter um resultado primário maior que o teto do intervalo de tolerância, com o superávit ficando além da margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB, até 70% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte. Esses recursos adicionais não podem ultrapassar o equivalente a 0,25 ponto percentual do PIB do ano anterior.

Correção dos limites

A partir de 2025, as bandas para o limite de gastos públicos serão corrigidas anualmente pela inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O período considerado será a inflação entre julho de dois anos antes e junho do ano anterior ao do exercício do orçamento. Esse índice será usado para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) do ano seguinte, enviado ao Congresso até 31 de agosto de cada ano.

Receitas

Por serem considerados atípicos (sem regularidade), os seguintes tipos de receita estão fora do novo arcabouço fiscal: concessões e permissões, dividendos e participações, exploração de recursos naturais (*royalties*) e transferências legais e constitucionais, como repartições da arrecadação federal com estados e municípios.

Foram incluídas entre as receitas primárias, cerca de R\$ 24,6 bilhões parados em contas inativas do antigo Fundo PIS/Pasep, declarados abandonados pela Emenda Constitucional da Transição, e as receitas obtidas com programas de recuperação fiscal (Refis) criados após a publicação do novo arcabouço.

O cálculo da variação real (descontada a inflação) da receita primária será feito com base nos valores acumulados entre julho de dois anos antes e junho do ano anterior ao orçamento. Para o orçamento de 2024, por exemplo, a variação de receita considerará a receita acumulada entre julho de 2022 e junho de 2023, sempre descontada inflação no mesmo período.

Restos a pagar

Em relação aos restos a pagar (verbas autorizadas em anos anteriores que ficaram para o exercício atual), o texto aprovado permite o uso de recursos em caixa fora do orçamento atual para quitá-los. O procedimento, no entanto, só vale se não comprometer o cumprimento da meta de resultado primário dentro do ano, segundo as estimativas regulares de receita e despesa.

Exceções

Ficarão fora do limite de despesas do arcabouço fiscal as seguintes despesas:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);
- Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF);
- transferências constitucionais e legais a estados e municípios e ao Distrito Federal, como os fundos de participação dos estados e municípios;

- transferências legais a estados e municípios de parte da outorga pela concessão de florestas federais ou venda de imóveis federais em ocupação localizados em seus territórios,
- quitação de precatórios usados pelo credor para quitar débitos ou pagar outorgas de serviços públicos licitados;
- precatórios devidos a outros entes federativos usados para abater dívida e outros haveres com a União;
- créditos extraordinários para despesas urgentes, como calamidade pública;
- despesas bancadas por doações, como as do Fundo Amazônia ou obtidas por universidades, e por recursos obtidos em razão de acordos judiciais ou extrajudiciais relativos a desastres de qualquer tipo (por exemplo, Brumadinho);
- despesas custeadas por receitas próprias ou por convênios obtidas pelas universidades públicas federais, empresas públicas da União que administram hospitais universitários, pelas instituições federais de educação, ciência e tecnologia, vinculadas ao Ministério da Educação, estabelecimentos militares federais e demais instituições científicas, tecnológicas e de inovação;
- despesas da União com obras e serviços de engenharia custeadas com recursos transferidos por estados e municípios, a exemplo de obras realizadas pelo Batalhão de Engenharia do Exército em rodovias administradas por esses governos;
- pagamento de precatórios com deságio aceito pelo credor;
- parcelamento de precatórios obtidos por estados e municípios relativos a repasses do antigo Fundef;
- despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.

Fonte: Agência Brasil de Notícias (EBC) <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>.

DIRETO DO CONCURSO

CESGRANRIO - 2024 - Técnico de Planejamento e Pesquisa (IPEA) / Políticas Públicas e Desenvolvimento

As regras fiscais são definidas como um mecanismo que introduz, por certo período (médio ou longo prazo), metas ou limites quantitativos para algumas das principais variáveis fiscais (dívida, resultado corrente, gasto, receita) de um país (ou de uma região). Essas regras são particularmente úteis para estimular uma conduta responsável nas contas públicas e, ainda que não criem restrições imediatas, são importantes para balizar expectativas favoráveis a respeito da sustentabilidade fiscal do país.

No que se refere à fundamentação teórica e às orientações para a implementação dessas regras, verifica-se que:

- A) os autores de tradição keynesiana argumentam que o impacto do endividamento como meio de financiamento de gastos do governo sobre gerações futuras é justificável, o que é compatível com as implicações advindas da validade da Equivalência Ricardiana, segundo a qual a expansão fiscal gera um impacto positivo sobre o conjunto da economia.
- B) o Novo Regime Fiscal implementado entre 2016 e 2022 e, por tabela, o Teto de Gastos se enquadram como regra fiscal rígida que obedece ao padrão da pró-ciclicidade, especialmente por optar pela limitação das despesas discricionárias e das despesas obrigatórias do governo.
- C) as regras fiscais de controle da dívida estabelecidas como tetos atrelados ao PIB nacional implicam pouca margem para absorção de impactos, em termos do crescimento da dívida pública, fazendo com que, nessa hipótese, ocorra um estímulo ao comportamento pró-cíclico em cenários de retração econômica.
- D) as regras fiscais, no plano nacional, devem ser consistentes com outros marcos normativos mais amplos, como a “regra de ouro”, estabelecida no

art. 167, inciso III da Constituição Federal de 1988, segundo a qual é vedada a realização de operações de crédito que excedam os gastos permanentes, como as despesas previdenciárias e de pessoal.

E) as evidências indicam que a experiência brasileira recente de implementação de um Teto de Gastos se aproxima da experiência de implementação de regras similares de diversos países, em termos de aspectos como a delimitação de um crescimento real das despesas em 0%, por um intervalo de tempo relativamente longo (20 anos, no caso brasileiro).

Gabarito: C

Comentários:

A) Errada. A teoria da Equivalência Ricardiana, que argumenta que a expansão fiscal não gera impacto positivo porque os indivíduos antecipam impostos futuros e ajustam suas poupanças, não se alinha com o pensamento keynesiano. Enquanto os keynesianos defendem o endividamento governamental para estimular a economia, a Equivalência Ricardiana sugere que as pessoas poupam mais para compensar o aumento futuro de impostos, neutralizando o estímulo fiscal.

B) Errada. O Novo Regime Fiscal e o Teto de Gastos não seguem necessariamente um padrão pró-cíclico. Pró-ciclicidade implica variação dos gastos públicos conforme o ciclo econômico. No entanto, o Teto de Gastos, por sua natureza rígida e por limitar o crescimento dos gastos reais a 0% acima da inflação, impede uma resposta expansionista em períodos de crescimento econômico, não se ajustando, portanto, à definição de pró-ciclicidade.

C) Correta. Regras fiscais que limitam o crescimento da dívida em relação ao PIB nacional reduzem a capacidade de absorver impactos econômicos, podendo levar a um comportamento pró-cíclico. Isso ocorre porque, em tempos de retração econômica, essas regras restringem a flexibilidade fiscal necessária para aumentar a dívida e estimular a economia.

D) Errada. A "regra de ouro" prevista na Constituição proíbe a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, como aquisição de instalações e equipamentos, e não se aplica diretamente às despesas permanentes como previdência e pessoal.

E) Errada. Comparativamente a outros países, o Teto de Gastos brasileiro possui características específicas, como uma vigência de 20 anos, crescimento real das despesas limitado à inflação (0% real) e natureza constitucional, diferindo significativamente de outros modelos internacionais. Portanto, a afirmativa incorretamente sugere uma similaridade que não existe.

Agora questão já fazendo referência ao novo arcabouço fiscal:

DIRETO DO CONCURSO

FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP) / Consultor Legislativo / Área IV / "Prova C. Esp. Reaplicada"

Foi publicado, no Diário Oficial de 31/08/2023, o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro (Lei Complementar 200/2023), que substitui o antigo teto de gastos como a âncora fiscal das contas públicas da União.

A respeito do Novo Arcabouço Fiscal, é correto afirmar que:

- A) limita o crescimento do gasto público ao crescimento da inflação observada nos últimos 12 meses.
- B) limita o crescimento do gasto público ao crescimento da inflação prevista para os próximos 12 meses.
- C) garante o crescimento do gasto público em 1,5% do crescimento real da receita pública.
- D) prevê um limite inferior de 0,6% para o crescimento da despesa pública primária.
- E) prevê uma meta contínua de déficit zero.

Gabarito: D

Comentários:

A) Errada. Limitar o crescimento do gasto público à inflação observada nos últimos 12 meses era uma característica do antigo teto de gastos, mas não se aplica ao Novo Arcabouço Fiscal. A nova regra estabelece um limite baseado em outros critérios, não apenas na inflação observada.

B) Errada. Limitar o crescimento do gasto público à inflação prevista para os próximos 12 meses não é uma característica do Novo Arcabouço Fiscal. Essa abordagem não faz parte das novas regras estabelecidas pela Lei Complementar 200/2023.

C) Errada. O Novo Arcabouço Fiscal não garante que o crescimento do gasto público será de 1,5% do crescimento real da receita pública. As novas regras não incluem tal garantia específica.

D) Correta. O Novo Arcabouço Fiscal prevê um limite inferior para o crescimento da despesa pública primária, estabelecendo um piso de 0,6%. Isso significa que, mesmo em cenários de restrição fiscal, haverá um

crescimento mínimo das despesas públicas para assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

E) Errada. Embora a meta de déficit zero seja um objetivo desejável, o Novo Arcabouço Fiscal não estabelece uma meta contínua de déficit zero. A lei complementa mecanismos e metas fiscais, mas não garante a eliminação contínua do déficit.

Mais uma:

DIRETO DO CONCURSO

FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP) / Consultor Legislativo / Área IV / "Prova C. Esp. Reaplicada"

Um argumento em defesa do Novo Regime Fiscal do Brasil diz respeito ao avanço em incorporar aspectos alinhados ao conceito de sustentabilidade fiscal do setor público.

Como exemplo de medida relacionada a tal conceito, é correto apontar:

- A) a definição de um limite de gastos públicos em função do crescimento da receita pública.
- B) o congelamento da despesa pública.
- C) a imposição de um teto de gastos baseado na inflação observada.
- D) a meta de déficit zero em 2024.
- E) o estabelecimento de um limite de 0,6% para o crescimento da despesa pública primária.

Gabarito: A

Comentários:

A) Correta. A definição de um limite para os gastos públicos com base no crescimento da receita pública é uma medida que promove a sustentabilidade fiscal. Isso porque vincular os gastos ao crescimento da receita evita que o governo gaste mais do que arrecada, contribuindo para a manutenção do equilíbrio fiscal a longo prazo.

B) Errada. O congelamento das despesas públicas pode ser eficaz a curto prazo, mas não necessariamente promove a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Isso porque não permite a flexibilidade necessária para adaptar os gastos às variações na receita e às necessidades emergentes, o que pode prejudicar investimentos essenciais.

C) Errada. A imposição de um teto de gastos baseado na inflação observada, como foi feito com a Emenda Constitucional 95/2016, limita o crescimento dos gastos à inflação do ano anterior. Embora isso ajude a controlar os gastos, não se ajusta às variações da receita pública ou às necessidades econômicas dinâmicas.

D) Errada. A meta de déficit zero em 2024 é um objetivo importante para a saúde fiscal, mas não é uma medida específica do novo regime fiscal. É mais uma meta desejada do que uma ação concreta que promove a sustentabilidade fiscal.

E) Errada. O estabelecimento de um limite de 0,6% para o crescimento da despesa pública primária pode ser muito restritivo e não proporciona a flexibilidade necessária para se adaptar às condições econômicas e de receita. A sustentabilidade fiscal requer a capacidade de ajuste e adaptação, o que um limite fixo não permite.

Última:

DIRETO DO CONCURSO

**FGV - 2024 - Analista Legislativo (CAM DEP) / Consultor Legislativo /
Área IV / "Prova C. Esp. Reaplicada"**

O Novo Arcabouço Fiscal é apontado como uma regra fiscal mais adequada e crível, em relação ao seu cumprimento, que algumas propostas anteriores que almejaram controlar o gasto público no Brasil.

Para justificar o argumento, as seguintes inovações podem ser apontadas, à exceção de uma.

Assinale-a:

A) O estabelecimento de uma meta de resultado primário para estabilização da trajetória da dívida pública, em vez do congelamento do gasto público em termos reais.

B) A previsão de "bandas de tolerância" para o crescimento da despesa pública, permitindo o estabelecimento de metas, a exemplo do praticado no regime de metas de inflação.

C) A exceção, para cálculo do gasto público, das despesas com os pisos do enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e da parteira.

D) A previsão de um limite mínimo para crescimento do gasto público, alinhado com uma expectativa de crescimento vegetativo da população, visando manter o gasto per capita constante.

E) A imposição de um crescimento do gasto limitado a 70% do crescimento real da receita primária (descontadas algumas receitas extraordinárias e transferências), induzindo a formação de poupança.

Gabarito: C

Comentários:

A) Errada. Estabelecer uma meta de resultado primário, em vez de congelar os gastos públicos em termos reais, é uma inovação significativa do Novo Arcabouço Fiscal. Essa meta se concentra no equilíbrio entre receitas e despesas antes do pagamento dos juros da dívida, permitindo uma abordagem mais flexível e adaptável às condições econômicas, ao contrário de um congelamento rígido que pode ser inflexível.

B) Errada. A introdução de "bandas de tolerância" para o crescimento da despesa pública é uma característica inovadora do Novo Arcabouço Fiscal. Assim como o regime de metas de inflação, essas bandas permitem variações controladas nos gastos públicos, proporcionando ao governo a flexibilidade necessária para ajustar despesas em resposta a mudanças econômicas, enquanto mantém a disciplina fiscal.

C) Correta. A exceção das despesas com os pisos salariais dos profissionais de saúde do câmputo do gasto público não é uma característica do Novo Arcabouço Fiscal. Em geral, todas as despesas devem ser contabilizadas para garantir uma transparência completa das finanças públicas. Excluir despesas específicas pode comprometer a transparência e a responsabilidade fiscal.

D) Errada. Prever um limite mínimo para o crescimento dos gastos públicos, alinhado ao crescimento vegetativo da população, é uma inovação importante. Isso assegura que os recursos destinados à população aumentem ao mesmo ritmo do crescimento populacional, mantendo o gasto per capita constante e evitando a deterioração dos serviços públicos.

E) Errada. Limitar o crescimento dos gastos públicos a 70% do crescimento real da receita primária é uma medida do Novo Arcabouço Fiscal que promove a sustentabilidade fiscal. Este mecanismo permite a formação de superávits primários e a acumulação de poupança, contribuindo para a estabilidade fiscal a longo prazo.

O CAMINHO ADIANTE: RECONFIGURANDO O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Neste contexto, o fortalecimento da institucionalidade do planejamento governamental e a revitalização de seu principal instrumento de médio prazo – o PPA – se afiguram como estratégias primordiais.

IPEA (2023) afirma que, para consolidar essa trajetória, faz-se essencial não só a mobilização das capacidades estatais já existentes, mas também a eventual criação e potencialização de novas competências que demandarão uma ativação política e estratégica.

Ao explorar essas dinâmicas, IPEA (2023: Boletim de Análise Político-Institucional) percebe que **o futuro do planejamento governamental no Brasil se equilibra numa corda bamba entre os imperativos da tradição e a necessidade de inovação.**

A reconciliação desses elementos torna-se, portanto, um ponto de inflexão crucial para o futuro das políticas públicas e da governança orçamentária no país, necessitando de **um diálogo construtivo e uma visão prospectiva que possa equilibrar os requisitos de autonomia, controle e eficácia no uso dos recursos públicos.**

1.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL FEDERAL E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

A espinha dorsal da estruturação financeira e planejamento no Brasil assenta-se em **três pilares fundamentais, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a Lei Orçamentária Anual (LOA).**

Esses instrumentos articulam-se em uma tríade que visa promover uma gestão fiscal responsável, transparente, e que seja, acima de tudo, condizente com as necessidades e anseios da população.

Plano Plurianual (PPA):	Atua como um mapa estratégico que orienta as ações governamentais, identificando os desafios a serem enfrentados no quadriênio subsequente, sendo instrumentalizado através da definição de objetivos e metas.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):	Conecta o PPA à LOA, especificando as metas e as prioridades para o ano subsequente, orientando a elaboração do orçamento anual e estabelecendo normas que garantam uma gestão fiscal atenta e responsável.
Lei Orçamentária Anual (LOA):	Expressa, de maneira detalhada, os orçamentos fiscal, de seguridade social, e de investimento, demonstrando a aplicação dos recursos previstos e fixando os gastos do governo.

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA GOVERNANÇA

Na consolidação desses instrumentos, IPEA (2023) nota uma progressão na maneira de estruturar o planejamento e o orçamento desde os anos 1990, observando uma **busca por maior alinhamento entre os problemas identificados na sociedade e os programas estabelecidos**.

Neste contexto, surgem metodologias mais refinadas de planejamento estratégico e orçamento programático, onde a visão orientada para problemas e a criação de programas específicos visando enfrentá-los, proporciona um

encontro mais alinhado e coerente com as complexidades e variações da realidade social.

MECANISMO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERATIVO

A Lei nº 10.180 de 2001 introduziu o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SPOF).



Finalidades e Estrutura Organizacional do SPOF

IPEA (2017: Iniciativas, Funções e Estruturas de Planejamento Federal) afirma que o SPOF foi estabelecido com preceitos claros e definidos, divididos em vertentes de atuação, como:

Formulação de Planejamento Estratégico:	Definição de objetivos e de metas de longo prazo para o país, visando um desenvolvimento sustentável e equilibrado.
--	--

Desenvolvimento de Planos Nacionais:	Estruturação de planos que englobam variados setores e regiões do país, buscando um desenvolvimento econômico e social alinhado com o planejamento estratégico nacional.
Condução de Planejamento Orçamentário:	Elaboração e gestão de Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentos Anuais (OA), garantindo a correlação entre as metas propostas e os recursos financeiros alocados para tal.
Gestão e Supervisão do Processo de Planejamento:	Gerenciamento, avaliação e reformulação contínua dos processos de planejamento e orçamento no âmbito federal.
Articulação Federativa:	Promover a cooperação e a coordenação entre União, estados e municípios para sincronizar normativas e atividades, visando um trabalho coeso e harmônico entre os diferentes níveis governamentais.

Para efetivar essas finalidades, o SPOF foi estruturado em um formato que inclui um órgão central - o Ministério do Planejamento - e órgãos específicos e setoriais, destinados a especificidades do planejamento e orçamento, assegurando uma organização metodológica e estruturada na operacionalização de suas finalidades.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA INTEGRAÇÃO DE PLANEJAMENTOS

Um dos desafios mais marcantes na operacionalização dos instrumentos de planejamento e orçamento é a **integração com diversos planos setoriais e regionais**, que, por sua natureza, abrangem diferentes recortes territoriais e setoriais.

Essa dificuldade esbarra na **complexidade inerente de articular, de maneira eficaz e eficiente, todos estes diferentes eixos de planejamento**, garantindo uma coordenação horizontal e vertical que resulte em ações coesas e complementares.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS

A integração dos processos participativos no planejamento e na gestão orçamentária reveste-se de particular importância ao permitir que **as prioridades e as necessidades da população se reflitam nas escolhas políticas e orçamentárias**.



As reflexões sobre os instrumentos orçamentários e planejamento são imperativas para que possamos **construir uma governança pública que seja simultaneamente estratégica, integrada e participativa, consolidando**

práticas que não apenas respondam aos desafios imediatos, mas também pavimentem caminhos para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A contínua revisão e o aprimoramento destes instrumentos e processos são vitais para fortalecer a democracia e para garantir que a gestão pública seja, verdadeiramente, um reflexo da vontade e das necessidades do povo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: TECENDO A TRAMA DA INCLUSÃO E DA DEMOCRACIA

No cenário contemporâneo, uma ação de planejamento governamental que almeja ser tanto eficaz quanto legítima **deve imperativamente abrir suas portas para um robusto nível de engajamento público.**

Os atores, sejam eles burocratas, políticos, acadêmicos ou os beneficiários diretos das ações planejadas, precisam ter um espaço na mesa de planejamento, sendo suas vozes e perspectivas integradas nas estratégias e ações.

Isto implica **incorporar um grau significativo de horizontalismo na concepção do planejamento.**

Em outras palavras, **há uma necessidade premente de possibilitar e valorizar a participação direta e o envolvimento prático de todos os atores relacionados à matéria em discussão,** seja em um nível intra ou interpoder, garantindo uma construção de política que seja realmente reflexiva e representativa das diversas entidades e indivíduos afetados.

Este envolvimento não deve ser confinado apenas à fase inicial de planejamento, mas estendido através das etapas de monitoramento e avaliação.

Tal estratégia não apenas assegura que as políticas e ações sejam continuamente aprimoradas e realinhadas conforme necessário, mas também **fortalece a transparência e fomenta uma relação de confiança entre os cidadãos e o governo.**

A confiança e o apoio dos atores sociais são cruciais para garantir não apenas a aceitação, mas a adoção ativa e a defesa das ações planejadas, cristalizando as estratégias em resultados tangíveis e duradouros.

Tanto a articulação e a coordenação quanto a participação social são instrumentais na construção de um planejamento governamental sólido e efetivo, balizando o caminho para um desenvolvimento nacional que seja ao mesmo tempo inclusivo, equitativo e sustentável.

Apontamentos para um Sistema Nacional de Planejamento e Orçamento Participativo

A prática do **Orçamento Participativo (OP)**, iniciada na cidade de Porto Alegre e replicada em várias esferas e localidades, proporcionou um exemplo robusto de como a participação cidadã pode ser entrelaçada na gestão pública, especialmente no tocante ao planejamento e alocação orçamentária.

Com uma abordagem que engloba o cidadão na tomada de decisões acerca de políticas públicas e no estabelecimento de prioridades orçamentárias, o OP se tornou um instrumento valioso para incorporar a voz popular nos processos administrativos.

INTEGRAÇÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERAL

Ao examinar os avanços em torno dos principais instrumentos de planejamento e orçamento federal, como o PPA, LDO, e LOA, o IPEA (2023) percebe que eles têm sido somente parcialmente bem-sucedidos como ferramentas de construção e monitoramento de agendas estratégicas, além da negociação de resultados com a sociedade civil.

A necessidade de pactuações e de concertações mais explícitas e envolventes em todos os níveis governamentais torna-se premente para construir uma governança mais integrada e participativa.

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO EM MÚLTIPLOS NÍVEIS FEDERATIVOS

As transformações recentes na gestão federal indicam uma direção que se opõe à concepção de instrumentos que coordenam eficazmente as políticas públicas a nível federal, especialmente considerando as limitações fiscais e a instabilidade nas práticas de planejamento.

A interferência do Poder Legislativo na definição dos gastos discricionários e a sobreposição das regras fiscais apontam para um cenário onde a gestão orçamentária se vê presa em um labirinto de regulações e estratégias políticas.

Para que os instrumentos de planejamento e orçamento públicos se tornem ferramentas de pactuação participativa e interfederativa mais amplas e eficazes, **são imperativos novos mecanismos e estratégias interfederativas.**

Este desafio engloba também uma **atuação mais proativa do governo federal na regulação entre entes federados**, garantindo que as estratégias e as práticas sejam não apenas uniformemente aplicadas, mas também **eficazmente monitoradas e ajustadas.**

Embora o IPEA (2023) tenha observado avanços notáveis em práticas participativas e de planejamento orçamentário no Brasil, **a jornada rumo a um sistema integrado e efetivamente participativo em nível nacional ainda enfrenta inúmeros desafios.**

Com os insights fornecidos pelas práticas do OP e outras iniciativas de governança participativa, cabe agora aos formuladores de políticas e aos cidadãos navegar coletivamente através destes obstáculos, **construindo uma**

prática de gestão que não só reconhece e valida a voz do cidadão, mas que a posiciona como central na construção de uma nação justa, inclusiva e próspera.

1.3 A EVOLUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) NO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

O Plano Plurianual (PPA) no Brasil, um instrumento legalmente reconhecido para o delineamento estratégico de políticas públicas em âmbito federal, **passou por significativas transformações ao longo dos anos**, evocando reflexões acerca das mudanças de suas funcionalidades e propósitos políticos, sociais e administrativos.

PPA na Era Pós-Constitucional até 2000

Até o ano 2000, os primeiros PPAs concebidos no período pós-Constituição de 1988 exibiam uma natureza predominantemente formal.

Estes primórdios do PPA simbolizavam mais uma carta de intenções do que um plano estruturado e vinculado ao orçamento.

O rol de projetos elencados frequentemente não se associava de maneira prática e concreta com os orçamentos, transformando o PPA num **documento mais simbólico do que funcional na prática da governança**.

PPA 2000-2003: Um Pivô de Prioridades

O PPA relativo ao ciclo 2000-2003 marcou uma notável transformação, alçando-se como um eixo central na gestão de prioridades governamentais.

Este movimento foi alimentado pela vivência anterior do Brasil no programa "Brasil em Ação", onde se buscou estruturar de forma mais alinhada as estratégias de desenvolvimento e suas respectivas ações.

O PPA assumiu, neste contexto, um papel mais concreto e instrumental na definição e execução das políticas públicas.

PPA 2004-2007: Enfatizando a Participação Social

Com a chegada do PPA para o período 2004-2007, **a ênfase se deslocou para a participação social e a gestão territorial.**

Este plano distanciou-se do caráter centralizado de gestão de prioridades, enfatizando a **inclusão de vozes sociais e a articulação de políticas com especificidades territoriais.**

O PPA começou a ser vislumbrado como um mecanismo que poderia ser permeável às demandas sociais e capaz de incorporar uma perspectiva de gestão que contemplasse as variáveis territoriais.

PPA 2008-2011 e Além: A Emergência de Novos Arranjos

A fase subsequente, evidenciada principalmente pelo PPA 2008-2011, assistiu à migração das funções de gestão de prioridades para novos arranjos programáticos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 e o "Minha Casa Minha Vida" em momentos subsequentes.

O PPA, ainda que mantendo sua relevância, viu sua atuação e impacto serem dispersos e compartilhados com outras iniciativas e programas, indicando uma **abordagem mais descentralizada na condução das políticas públicas.**

Ao avaliarmos esses diferentes ciclos do PPA, é crucial reconhecer as distintas "roupagens metodológicas" e funções políticas que foram delegadas ao plano ao longo do tempo.

Desde um documento de caráter mais simbólico até um instrumental essencial para a estratégia governamental, o PPA reflete as variadas ênfases e orientações adotadas pelos diferentes governos.

Assim, afirma o IPEA (2023) que, ao se ponderar sobre a evolução do PPA, não se deve apenas mapear suas alterações estruturais e focais, mas também contextualizar suas funções e ênfases nos cenários político, econômico e social em que estavam inseridos, buscando compreender como cada reconfiguração do plano respondeu aos imperativos e desafios de sua respectiva época.

1.4 A JORNADA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS NO BRASIL

UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICA E CIDADANIA

Desde a instauração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano 2000, tem-se uma previsão legislativa que almeja incorporar a voz do cidadão no planejamento financeiro e estratégico do Brasil.

Este arcabouço legal, especificamente no seu artigo 48, § 1º, vaticina a participação popular na confecção dos Planos Plurianuais (PPAs), em todos os estratos federativos do país.

Da LRF/2000:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução

Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

Dinâmicas de Participação desde 2003:

Atendendo a esta diretriz, desde 2003, o Poder Executivo federal vem se dedicando a elaborar e implementar variadas modalidades de processos participativos, oscilando em intensidade e método, para assim angariar a opinião pública antes da submissão de projetos de lei ao Congresso Nacional.

Paralelamente, **diversas unidades federativas e diversos municípios, seguindo sua própria interpretação e estratégia, têm incorporado iniciativas de consulta popular durante a formulação do PPA.**

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PPAS EM ÂMBITO ESTADUAL

Em um estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), finalizado em 2015, luz foi lançada sobre as experiências dos PPAs, no período de 2012-2015, em distintos estados brasileiros.

A iniciativa faz parte de um esforço mais amplo, parte do projeto "Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma Análise Comparativa dos Processos, Conteúdos e Sistemas de Acompanhamento dos PPAs", que vem sendo cultivado pelo Ipea desde 2012.

Mediante a análise de dez estados, selecionados de forma não aleatória, foram escrutinados diversos aspectos relativos à elaboração e gestão dos planos estaduais durante o referido período, incluindo a execução de pesquisas pontuais sobre a natureza e **impacto da participação social** em tal processo.

Em uma sub-ramificação deste projeto, compararam-se as experiências de participação social, durante a elaboração do PPA 2012-2015, conduzidas por dez estados da federação.

Os casos em questão foram selecionados baseando-se na participação voluntária dos estados em uma plataforma de coleta de dados do Ipea, em uma amostra não aleatória.

A partir da análise de relatórios específicos, referentes ao ano de 2013, estratificaram-se os estados em três categorias, considerando o grau de participação social no desenvolvimento do PPA.

As experiências estaduais, embora heterogêneas, esboçam um panorama que varia desde consultas públicas abrangentes até práticas mais insulares de formação de política pública.

Esta jornada, entrelaçada com práticas, desafios, aprendizados e oportunidades, traz à tona um questionamento fundamental sobre como a participação popular pode ser mais efetivamente integrada, valorizada e instrumentalizada nas diversas instâncias de gestão pública no Brasil, fomentando uma democracia mais ativa, representativa e robusta.

A análise e reflexão sobre estas experiências, tanto em nível federal quanto estadual, são vitais para a construção de estratégias futuras que visem uma cidadania mais ativa e participativa na alquimia das políticas públicas e na gestão de nosso país.

A EVOLUÇÃO E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO

É indubitável que o engajamento popular tem se tornado um pilar cada vez mais central no desenvolvimento de políticas públicas.

Este fenômeno, entrelaçado na trama da administração pública brasileira, encontra sua expressão particular na formulação dos Planos Plurianuais (PPAs) em nível federal.

2003: Inicialização da Participação Social no PPA

IPEA (2023) reafirma que, no Brasil, uma concretização prática da participação social no delineamento do PPA federal apenas foi materializada em 2003, *durante a configuração do PPA 2004-2007*.

Naquele momento, 27 fóruns sociais foram concretizados, um em cada estado e também no Distrito Federal, além de debates promovidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Esses esforços buscavam *“incorporar a voz da cidadania na formulação estratégica do futuro”*.

Todavia, críticas emergiram, principalmente enfocando a *falta de continuidade e transparência nas informações sobre a execução do projeto*.

2008: Avanço e Novos Desafios

O ciclo de elaboração do PPA 2008-2011 trouxe consigo outro processo participativo.

Essa nova onda de engajamento, conduzida pelos conselhos nacionais e vinculada à Agenda Nacional de Desenvolvimento debatida no CDES, infelizmente se deparou com obstáculos, como a *dissolução de um grupo de trabalho constituído para explorar alternativas, desencadeando em mais críticas*.

2011: O Surgimento do Fórum Interconselhos

Em 2011, um esforço mais estruturado e sistemático de participação social foi desenvolvido durante a elaboração do PPA 2012-2015.

Este processo, o Fórum Interconselhos foi aludido como “uma tecnologia socioestatal destinada a superar a fragmentação setorial dos espaços participativos”.

Sua eficácia e inovação foram reconhecidas em 2014, quando o fórum foi agraciado com o Prêmio de Serviço Público das Nações Unidas (UNPSA).

Declínio e Novos Horizontes

Apesar do reconhecimento, **a trajetória da participação popular no planejamento público federal mostrou sinais de retração nos anos seguintes.**

O PPA 2020-2023, por exemplo, foi elaborado com uma única consulta pública virtual, simbolizando “ascensão e declínio de um modelo participativo de planejamento público”.

Estudos, de acordo com o IPEA (2023), indicam um enfraquecimento do PPA como ferramenta de planejamento, contrastando com um contexto de governança orçamentária oscilante.

Alguns apontam para uma regressão nas instituições participativas federais, especialmente agravada pela pandemia da covid-19.

Estados e Municípios: Novos Protagonistas?

Este retrato, portanto, reflete desconstruções preocupantes já sinalizadas por pesquisas anteriores realizadas pelo IPEA.

Contudo, vale salientar que, **com a redução do engajamento federal, estados e municípios emergem como potenciais novos protagonistas na vanguarda da participação no planejamento público.**

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CRIAÇÃO DOS PPAS

TEM ENFRENTADO UMA OSCILAÇÃO ENTRE EXPANSÃO E RETRAÇÃO

Evidenciando a complexidade e os desafios enfrentados por esse modelo de construção coletiva no contexto político e social brasileiro

Os capítulos subsequentes desta narrativa, certamente, continuarão a ser escritos nas décadas vindouras, sendo crucial a análise contínua e crítica para assegurar que a voz do cidadão seja integralmente ouvida e valorizada no cenário político nacional.

1.5 OLHANDO PARA O FUTURO

De acordo com o IPEA (2017), projetando para 2035, a motricidade do planejamento governamental **torna-se ainda mais preponderante**.

Considerando a complexidade das demandas sociais e a interdependência das políticas públicas, **um planejamento estratégico sólido, que abarque o curto, médio e longo prazo, é imperativo**.

A consolidação deste mecanismo perpassa pelo aperfeiçoamento das práticas existentes, incorporando inovações e promovendo uma cultura de planejamento integrado e orientado para resultados.

Assim, **o Brasil pode aspirar a um futuro no qual as políticas públicas sejam não apenas reflexo das necessidades imediatas, mas também arquitetas de uma nação mais justa, próspera e equitativa, embasada em um planejamento governamental criterioso e estratégico**.

Olhar Adiante: Esperança ou Incerteza para 2035?

Iniciativas e propostas legislativas, como a PEC nº 122/2015 e o PLS nº 248/2009, vislumbram alterar a dinâmica atual do planejamento governamental brasileiro.

No entanto, estas iniciativas ainda estão em estado embrionário e sua capacidade de causar impactos significativos é ainda incerta.

Dessa forma, à medida que olhamos para 2035, nos deparamos com um cenário de dualidades.

Por um lado, há avanços tangíveis e uma evidente compreensão da importância do planejamento estratégico. Por outro lado, o sistema ainda exhibe fraturas significativas, representando um campo fértil para o debate entre continuidade, inovação e reforma.

Conclusivamente, a incerteza permeia as perspectivas futuras para o planejamento governamental no Brasil.

O que é categórico, entretanto, é que a construção de um sistema de planejamento sólido, que possa navegar entre os períodos de bonança econômica e as tempestades fiscais, é imperativo para desenvolver um futuro próspero e equitativo para a nação.

DESENVOLVENDO UM FUTURO ESTRATÉGICO: A COMPLEXIDADE E A NECESSIDADE DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO

O planejamento governamental é uma pedra angular para o desenvolvimento sustentável e eficiente de uma nação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) promoveu mudanças significativas na estruturação e dinâmica do planejamento governamental, introduzindo o conceito de Planos Plurianuais (PPAs) e intrinsecamente ligando o planejamento à realidade orçamentária através de instrumentos como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Esse arcabouço será examinado de modo mais técnico nas próximas aulas dessa disciplina.

Agora, vamos praticar com questões multibancas!

2. QUESTÕES

1) Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco

A respeito de finanças públicas, julgue o item subsequente.

O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas.

- a) Certo
- b) Errado

2) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

Os órgãos setoriais de planejamento e de orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário se submetem a orientação normativa do órgão central de planejamento do Poder Executivo.

- a) Certo
- b) Errado

3) Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Ministério Público do Estado do Ceará

A respeito de finanças públicas, julgue o item que se segue.

O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas para um período de dois anos.

- a) Certo
- b) Errado

4) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Julgue os próximos itens, no que se refere ao planejamento orçamentário da administração pública brasileira.

I O instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas é a Lei Orçamentária Anual.

II A Lei de Diretrizes Orçamentárias materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.

III O Plano Plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

5) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

Acerca dos conteúdos referentes à políticas públicas, agendas públicas, conceitos de planejamento e avaliação de programas e projetos, julgue o próximo item.

A formação de agenda pública é um processo decisório com relação aos assuntos que irão integrar a agenda governamental e envolve exclusivamente questões dos poderes Executivo e Legislativo.

- a) Certo
- b) Errado

6) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício.

- a) Certo
- b) Errado

7) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

Tanto no orçamento de desempenho quanto no orçamento-programa, a classificação da despesa é feita de acordo com o objetivo final do gasto.

- a) Certo
- b) Errado

8) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

Ente da Federação que arrecadar tributos pertencentes a outro ente deverá incluir o produto integral da receita em seu próprio orçamento, em respeito ao princípio da universalidade.

- a) Certo
- b) Errado

9) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

Além de conter a relação das metas e das prioridades da administração pública federal, a lei de diretrizes orçamentárias também deve avaliar o cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

- a) Certo

b) Errado

10) Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Tribunal de Justiça do Amazonas

A respeito de planejamento governamental, julgue o item a seguir.

No âmbito do plano plurianual, meta corresponde ao atributo do programa que declara os meios capazes de viabilizar os objetivos estabelecidos, o pacto entre entes federados e a integração de políticas públicas.

a) Certo

b) Errado

11) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro

Dos três instrumentos de planejamento e orçamento governamental previstos na Constituição da República de 1988, o PPA é o que tem menor regulamentação e detalhamento do seu conteúdo e processo de elaboração. Apesar disso, uma exigência consolidada acerca do PPA é a:

- a) discussão com a sociedade em audiências públicas;
- b) inclusão dos programas sujeitos à aplicação mínima de recursos;
- c) integração prévia com as metas fiscais estabelecidas na LDO;
- d) necessidade de apreciação pelo tribunal de contas;
- e) vinculação com o programa de governo do gestor em exercício.

12) Ano: 2018 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Fundação Universidade de Brasília

Acerca dos princípios fundamentais que regem a administração pública federal, julgue o item a seguir.

O princípio do planejamento refere-se ao estudo e estabelecimento das diretrizes e metas que devem orientar a ação governamental, por meio, por exemplo, de programas globais, setoriais e regionais.

- a) Certo
- b) Errado

13) Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Julgue o item seguinte, referentes a planejamento de políticas públicas, avaliação ex ante e avaliação ex post.

Quando se identificar que há fragmentação na execução de uma política pública devido à existência de mais de uma instituição atuando com o mesmo objetivo, será necessária a intervenção governamental.

- a) Certo
- b) Errado

14) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Controladoria Geral da União

No documento que formaliza o planejamento de uma entidade governamental para os próximos dez anos consta o seguinte objetivo:

“Fortalecer a difusão do conhecimento produzido na instituição ao público interno e externo, por meio de ações voltadas ao ensino e pesquisa.”

Quanto ao nível hierárquico, trata-se de um objetivo:

- a) divisional;
- b) funcional;
- c) estratégico;
- d) operacional;
- e) tático.

15) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro

Considere o trecho a seguir, adaptado do Instrumento de planejamento de um ente municipal:

"Art. 2º, 519 A Lei Orçamentária de 2023 destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas neste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Município;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio dos serviços públicos e de manutenção da administração municipal; e
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público

O instrumento de planejamento governamental que contem o trecho em destaque:

- a) deve ter sido aprovado durante o exercício a que se refere;
- b) estabelece disposições para o planejamento estratégico do ente;
- c) pode dispor sobre alterações na legislação tributária no âmbito do referido ente;
- d) refere-se ao plano de governo do chefe do Poder Executivo para o mandato em referência;
- e) tem disposições cujos efeitos se estendem até o início do mandato seguinte.

16) Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina

Acerca do planejamento e do orçamento públicos no Brasil e dos princípios norteadores dessa disciplina, julgue o item a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988. Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações visando a solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, ações estas que podem ser atividades, projetos ou operações especiais.

- a) Certo
- b) Errado

17) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição da República de 1988 devem ser elaborados, aprovados e executados de forma integrada e harmônica, de modo a contribuir para os diferentes níveis de planejamento.

O instrumento que dispõe sobre as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital:

- a) deve apresentar detalhamento de receitas e despesas estimadas para o exercício;
- b) deve ter suas metas avaliadas em audiências públicas quadrimestrais;
- c) em decorrência do dinamismo da ação governamental, deve ser elaborado a cada exercício financeiro;
- d) está relacionado com a perspectiva do planejamento estratégico;

e) trata também dos critérios de priorização dos programas governamentais.

18) Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

Para que o poder público possa desempenhar suas funções com critério, é necessário que haja um planejamento orçamentário consistente que estabeleça com clareza as prioridades da gestão. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) Orçamento público é um conceito estático cujas funções têm permanecido inalteradas desde a sua criação.
- b) O orçamento público constitui norma legal a ser aplicada integralmente e contém a fixação das receitas e a estimativa/previsão das despesas a serem realizadas pelo governo em determinado exercício financeiro.
- c) O orçamento público é um documento contábil e financeiro desvinculado do planejamento governamental.
- d) A Constituição Federal de 1988 introduziu um modelo orçamentário para a gestão do dinheiro público no Brasil, o qual consiste basicamente em três documentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA).

19) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

Sobre as políticas públicas para a educação no Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Políticas educacionais são um instrumento governamental que tem o objetivo de fornecer subsídios para a ampliação e a universalização da educação num país, seja em nível federal, estadual ou municipal.
- b) As políticas educacionais envolvem as escolas, cabendo a outros setores a promoção de ações voltadas para a participação da família e da própria comunidade na educação.
- c) O desenvolvimento de políticas públicas educacionais atua no planejamento, execução e acompanhamento de medidas para a ampliação e qualidade da educação em estados e municípios brasileiros.
- d) Para garantir o direito à educação previsto na Constituição Federal, são necessárias políticas públicas que promovam a universalização do acesso, permanência e aprendizagem na escola, considerando o respeito às diferenças e a redução das desigualdades.
- e) A elaboração de políticas educacionais interfere na qualidade de vida dos indivíduos como um todo.

20) Ano: 2022 Banca: IDECAN Órgão: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sobre o Planejamento Estratégico no setor público, de acordo com Toni (2021), “o planejamento estratégico realizado no âmbito governamental é um conjunto de referenciais teóricos, processos administrativos, aplicações de ferramentas e técnicas organizacionais que objetivam definir uma visão de futuro de médio e longo prazo, bem como as principais instituições e processos que asseguram coerência e efetividade entre meios e fins para o seu alcance”. Sobre esse tema, qual(ais) (o)s principal(is) método(s) de planejamento estratégico governamental? Analise os itens a seguir:

I. Planejamento Estratégico Plurianual (PPA). II. Planejamento Estratégico Governamental (PEG). III. Planejamento Estratégico Participativo (PEP). IV. Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Assinale

- a) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- b) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- c) se somente os itens I e II, estiverem corretos.
- d) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

21) Ano: 2022 Banca: UNIOESTE Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina

Com relação aos instrumentos de planejamento governamental, é CORRETO afirmar:

- a) O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo que apresenta os programas de governo, tem vigência de 4 anos, e o início da vigência coincide com o início do mandato do prefeito municipal e dos vereadores.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de iniciativa do poder executivo e aprovada pelo poder legislativo, apresenta o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública são elementos essenciais da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nesta proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) têm vigência de 4 anos, iniciando no segundo ano de mandato do prefeito municipal,

já a Lei Orçamentária Anual (LOA) tem vigência anual, necessitando ser aprovada anualmente pelo poder legislativo.

22) Ano: 2021 Banca: IBFC Órgão: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante

Utilize seu conhecimento em planejamento estratégico governamental e metodologias de diagnósticos e planejamento de situações para responder à questão.

A respeito de planejamento estratégico governamental e metodologias de diagnóstico e planejamento de situações, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F). () A Metodologia de Diagnóstico de Situação contém os procedimentos que o formulador de estratégia necessita para identificar o objeto do Planejamento Estratégico Governamental, que é a situação-problema. () Entre as situações-problema, encontram-se as do tipo ameaça, oportunidade e obstáculo. Os problemas também podem ser classificados quanto ao tempo, à governabilidade, à abrangência e à sua estruturação. () No planejamento estratégico governamental, os sistemas de constituição da agenda, de cobrança e prestação de contas e de gestão operacional promovem o acompanhamento e o processamento dos fluxos de informação para seus dirigentes. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- a) V, V, F
- b) V, V, V
- c) F, F, V
- d) V, F, V

23) Ano: 2023 Banca: FURB Órgão: Prefeitura Municipal de Schröeder

Um dos pilares do planejamento governamental, o plano plurianual compõe o tripé PPA-LDO-LOA. Basicamente, seu papel constitucional é estabelecer:

- a) as políticas econômicas para os três exercícios financeiros seguintes
- b) as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte
- c) de forma consolidada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração delimitada.
- d) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- e) as metas e prioridades para os quatro exercícios financeiros seguintes

24) Ano: 2023 Banca: FURB Órgão: Prefeitura Municipal de Schröder

Um dos pilares do planejamento governamental, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tem o papel de orientar a elaboração do orçamento anual. Além disso, uma de suas principais funções também é estabelecer:

- a) quais serão as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte.
- b) quais serão as receitas e despesas para os três exercícios financeiros seguintes.
- c) quais serão as metas e prioridades para os três exercícios financeiros seguintes.
- d) quais serão as metas e prioridades o próximo mandato.
- e) quais serão as receitas e despesas para o exercício financeiro seguinte.

25) Ano: 2022 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

O orçamento governamental é um instrumento de planejamento da entidade do setor público que representa o fluxo de ingressos e aplicações de recursos em determinado período.

Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) O objeto do Plano Plurianual vem definido na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) O Plano Plurianual definirá as metas e prioridades a serem executadas por programas de governo, contém diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital.
- c) Na Lei Orçamentária Anual estão inclusas as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- d) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.
- e) O Plano Plurianual consiste em um ciclo que começa no segundo ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vai até o fim do primeiro ano do mandato subsequente.

26) Ano: 2023 Banca: FURB Órgão: Prefeitura Municipal de Schröeder

Um dos pilares do planejamento governamental, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tem o papel de orientar a elaboração do orçamento anual. Além disso, uma de suas principais funções também é estabelecer quais serão as metas e prioridades para:

- a) os cinco exercícios financeiros seguintes.
- b) o próximo mandato.
- c) os três exercícios financeiros seguintes.
- d) o quadriênio seguinte.

e) o exercício financeiro seguinte.

27) Ano: 2022 Banca: IBFC Órgão: Departamento de Trânsito do Distrito Federal

O orçamento público é a principal ligação entre o planejamento governamental e a gestão financeira. Por intermédio dele, é possível acompanhar a execução dos planos e verificar a disponibilidade de recursos financeiros. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Orçamento Público.

- a) O orçamento público é o planejamento comum sem a necessidade de ter forma de lei, e visa organizar a gestão financeira para o exercício no período atual
- b) O orçamento público faz a previsão de receitas e estabelece as despesas a serem realizadas no período
- c) O orçamento público pode ser visto como um mecanismo disciplinador e de controle administrativo, jurídico, contábil, econômico e financeiro na forma de lei
- d) O orçamento é também o meio pelo qual o cidadão pode analisar onde e de que forma as políticas públicas estão sendo aplicadas e priorizadas

28) Ano: 2018 Banca: Quadrix Órgão: Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso

No que tange ao planejamento estratégico, à excelência nos serviços públicos, ao empreendedorismo governamental e às novas lideranças no Setor Público, julgue o item que se segue.

De acordo com Osborne e Gaebler, a reforma do sistema governamental pressupõe que os clientes cidadãos não só devam ser bem atendidos, mas devam também ser chamados a participar do governo, definindo os destinos de suas comunidades.

- a) Certo
- b) Errado

29) Ano: 2019 Banca: COMPERVE Órgão: Prefeitura Municipal de Parnamirim

A Constituição Federal de 1988 estabelece a obrigatoriedade de alguns instrumentos de planejamento governamental. O instrumento utilizado para alcançar as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, assim como os programas de duração continuada, é definido como

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Plano Plurianual.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Plano Anual de Investimentos.

30) Ano: 2020 Banca: IBFC Órgão: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Utilize o texto abaixo apresentado para responder o questionamento seguinte:
"É um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É o documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos" (Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2019).

Assinale a alternativa que contém corretamente o nome do instrumento descrito no texto acima.

- a) Licitação

- b) Orçamento Público
- c) Empreitada
- d) Plano Diretor
- e) Plano Plurianual

31) Ano: 2019 Banca: Quadrix Órgão: Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre

Julgue o item.

O orçamento público é um instrumento essencial do planejamento governamental, identificando os recursos a serem despendidos para o Estado alcançar seus objetivos.

- a) Certo
- b) Errado

32) Ano: 2022 Banca: FEPESE Órgão: Companhia Catarinense de Água e Saneamento

Com relação aos três principais instrumentos de planejamento e orçamento governamental, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar:

- a) Uma LDO tem uma vigência semelhante ao PPA, terminando no primeiro ano do mandato seguinte.
- b) Em um PPA, o governo estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo que constituem a visão estratégica da gestão pública.
- c) Em uma LDO, o governo deve realizar uma estimativa de receita e fixar despesas prioritárias por temas, como educação, saúde e transporte.

d) Enquanto o PPA é obrigatório para o âmbito do executivo federal, a LDO e a LOA são obrigatórias apenas para os executivos estaduais e municipais.

e) Embora o PPA, LDO e LOA tenham sido produzidos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, até hoje (2022), a aplicação desses instrumentos de planejamento e orçamento tem sido restrita ao Executivo Federal e a alguns dos estados da federação.

33) Ano: 2023 Banca: FURB Órgão: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

Em relação aos pilares do planejamento governamental que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que:

a) A lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública, exceto as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

c) Os orçamentos fiscais e de investimento, compatibilizados com a lei de diretrizes orçamentárias, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades regionais, segundo critério populacional.

d) O projeto de lei do Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

e) A lei orçamentária anual não contém as despesas que se pretende executar nos exercícios seguintes, programadas como investimentos plurianuais.

34) Ano: 2022 Banca: CONSULPLAN Órgão: Ministério Público do Estado do Pará

O planejamento realiza essencialmente na produção de políticas, que materializam a intencionalidade governamental, isto é, realizam no presente os objetivos que se alinham e acumulam resultados para uma determinada estratégia. Nesse sentido, há interfaces muito claras entre o planejamento estratégico e a produção de políticas, que podem ser enumeradas, EXCETO:

- a) Ao influenciar diretamente a capacidade de governo das organizações públicas, o planejamento estratégico pode aumentar a governabilidade na execução de políticas, diminuindo o conhecido “deficit de implementação”.
- b) Na medida em que o planejamento está associado ao funcionamento do Estado, pode-se dizer que a capacidade de planejar permite garantir a institucionalidade do jogo democrático, estabelecendo parâmetros, regras e garantias para que a competição política.
- c) A execução do ciclo de políticas públicas pode subsidiar a qualificação do sistema de planejamento estratégico, na medida em que aumenta a perícia dos atores sociais, em especial os gestores públicos, na identificação de problemas, análise estratégica e formulação de cenários.
- d) A existência de um sistema de planejamento governamental é independente da elaboração e implementação efetiva de políticas públicas, porque o planejamento viabiliza o desenho e a execução enquanto a política faz outro percurso buscando otimizar a relação entre meios e fins, recursos disponíveis e resultados almejados.

35) Ano: 2018 Banca: FUNRIO Órgão: Câmara Municipal de São João de Meriti
- Rio de Janeiro

O instrumento de planejamento governamental que estabelece de forma descentralizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, sob a forma de Programas, para um período de quatro anos, é o (a):

- a) Plano Plurianual.
- b) Diretriz de governo.
- c) Orçamento público.
- d) Plano de diretrizes governamentais.
- e) Plano diretor público.

36) Ano: 2023 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

O Plano Plurianual da União (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, conforme previsto no artigo 165 da Constituição Federal.

O PPA em vigor se encerra no ano de

- a) 2023.
- b) 2024.
- c) 2025.
- d) 2026.
- e) 2027.

37) Ano: 2023 Banca: UFRRJ Órgão: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O processo de planejamento governamental deve atender a princípios fundamentais. A necessidade de antever as ações num certo lapso de tempo,

em função de objetivos almejados, recursos disponíveis e possibilidade de controle é denominada:

- a) Previsão.
- b) Unidade.
- c) Continuidade.
- d) Racionalidade.
- e) Universalidade.

38) Ano: 2020 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Luzia D'Oeste

Identificar com a máxima clareza e objetividade os grandes problemas, programas, objetivos e metas a serem priorizados pelo governo municipal, bem como os resultados esperados. Esse é um dos objetivos de qual instrumento de Planejamento Governamental?

- a) Plano Plurianual - PPA
- b) Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO
- c) Lei Orçamentária Anual - LOA
- d) Lei Orgânica de Seguridade Social - LOSS
- e) Norma Operacional Básica - NOB

39) Ano: 2019 Banca: Quadrix Órgão: Conselho Regional de Farmácia do Espírito Santo

Acerca dos aspectos introdutórios do orçamento público, julgue o item.

Na época em que os órgãos públicos utilizavam o orçamento clássico, o planejamento da ação governamental não podia ser elaborado com base nos dados da execução orçamentária.

- a) Certo
- b) Errado

40) Ano: 2021 Banca: SELECON Órgão: Câmara Municipal de Cuiabá

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento de planejamento governamental que tem por função principal o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das diretrizes, dos objetivos e das metas contempladas no Plano Plurianual. Segundo estabelecido na Constituição Federal de 1988, NÃO é matéria de objeto do referido instrumento de planejamento:

- a) orientar a elaboração da lei orçamentária
- b) dispor sobre as alterações na legislação tributária
- c) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas
- d) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento

41) Ano: 2022 Banca: IBFC Órgão: Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

A ação governamental obedece a um planejamento que visa promover o desenvolvimento econômico-social do país e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, e compreende a elaboração e atualização dos instrumentos básicos citados abaixo.

Assinale a alternativa incorreta sobre o tema.

- a) Plano geral de governo
- b) Programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual
- c) Orçamento-programa anual
- d) Lei de uso e ocupação do solo

42) Ano: 2021 Banca: Quadrix Órgão: Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região

A respeito dos princípios fundamentais da Administração Federal, julgue o item. Com base no princípio do planejamento, nos termos do Decreto-lei n.º 200/1967, o plano plurianual, os planos nacionais, setoriais e regionais e o orçamento anual, previstos na Constituição, já constavam como instrumentos básicos da ação governamental.

- a) Certo
- b) Errado

43) Ano: 2022 Banca: FAU Órgão: Prefeitura Municipal de Renascença

Sobre o planejamento participativo, marque (V) Verdadeiro ou (F) Falso e assinale a alternativa correspondente:

() O planejamento participativo sempre é realizado por uma organização: empresa privada, ou parte dela; organização não governamental, administração pública, ou parte dela, ou ainda, um município. () O planejamento participativo trata-se de um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente. () O planejamento participativo inclui a distribuição do poder e a possibilidade de decidir na construção não apenas do 'como' ou do 'com que' fazer, mas também do 'o que' e do 'para que' fazer". () A metodologia do planejamento participativo envolve quatro momentos: explicativo, normativo, estratégico e o tático-operacional.

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, F, F.

- c) F, F, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) F, F, F, F.

44) Ano: 2022 Banca: SELECON Órgão: Prefeitura Municipal de Cuiabá

Lei de periodicidade quadrienal, o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração que resultem em bens e serviços para a população durante o período de sua vigência. Sobre o processo de criação e aprovação do PPA, é correto afirmar que:

- a) a sua elaboração compete privativamente ao Poder Legislativo
- b) é admitida a inclusão de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro
- c) é necessário que seja submetido à apreciação das entidades representativas dos entes municipais, após ser encaminhado à Câmara Municipal
- d) para ser aprovado, é exigido o quórum de maioria simples dos membros da Câmara Municipal

45) Ano: 2022 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura Municipal de Sorocaba

Com duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. Este enunciado se refere

- a) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) ao Plano Plurianual.

- c) à Lei Orçamentária Anual.
- d) ao Plano Diretor
- e) ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

46) Ano: 2023 Banca: FAUEL Órgão: Prefeitura Municipal de Cambé

Assinale a alternativa que indica o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. Esse instrumento tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento.

- a) Plano Plurianual.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Leis de Créditos Adicionais.
- e) Plano Diretor.

47) Ano: 2019 Banca: Instituto Excelência Órgão: Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé - Minas Gerais

Analise os contextos a seguir:[1] O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. [2] O Plano Plurianual (PPA) tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder

executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento.

- a) Está correto somente o primeiro contexto.
- b) Está correto somente o segundo contexto.
- c) Os dois contextos estão corretos.
- d) Nenhuma das alternativas.

48) Ano: 2018 Banca: UFLA Órgão: Universidade Federal de Lavras

Considerando os tipos de planejamento governamental listados por Santos (2014), relacione a Coluna II com a Coluna I e registre o número correspondente:

COLUNA I – TIPOS DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento tradicional 2. Planejamento estratégico 3. Planejamento estratégico situacional 4. Planejamento participativo

COLUNA II – CARACTERÍSTICAS DO PLANEJAMENTO

() Trata-se de um processo contínuo e sistemático de tomada de decisões, em que os planos são permanentemente revistos, conforme as circunstâncias. () Trata-se de um processo estático e centralizado de tomada de decisões, em que o ambiente é entendido como um dado sobre o qual serão feitas previsões. () Trata-se de um processo político e deliberado de tomada de decisões, que busca a participação autêntica das diversas categorias da comunidade. () Trata-se de um processo adaptativo de tomada de decisões, que busca conceber um plano de ação para cada problema.

Assinale a alternativa que apresenta na COLUNA II a sequência CORRETA:

- a) 1, 2, 3, 4
- b) 2, 1, 4, 3
- c) 3, 1, 4, 2

d) 4, 3, 1, 2

49) Ano: 2022 Banca: VUNESP Órgão: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Um profissional sem qualquer experiência na área pública gostaria de saber a dinâmica do processo de planejamento orçamentário financeiro governamental. Nesse sentido, ele pretende entender, afinal, qual(is) do(s) poder(es) assume(m) essa responsabilidade e qual é a sequência correta entre a Lei Orçamentária Anual – LOA, o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Você responde corretamente o seguinte:

- a) Poder Legislativo; LOA, PPA e LDO.
- b) Poder Executivo; PPA, LOA e LDO.
- c) Poderes Executivo e Legislativo; LDO, PPA e LOA.
- d) Poderes Executivo e Legislativo; LOA, LDO e PPA.
- e) Poder Executivo; PPA, LDO e LOA.

50) Ano: 2020 Banca: FAUEL Órgão: Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand

O planejamento é uma das tarefas essenciais da gestão governamental. É por meio dele que se definem as estratégias para orientar o rumo que se deseja para o país e são definidas as prioridades do Governo. Como os recursos financeiros, organizacionais, informacionais e tecnológicos de um país são limitados, é preciso fazer escolhas. E o planejamento é um espaço político decisório no qual o governo decide, em resposta às demandas da sociedade, quais políticas públicas serão implementadas para enfrentar problemas e aproveitar oportunidades. De acordo com o modelo orçamentário para a gestão

do dinheiro público no Brasil definido na Constituição Federal de 1988, considere:

I - O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, que define as estratégias, diretrizes e metas do Governo por um período de um ano. II- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as metas e prioridades de cada ano, incluindo a meta de resultado primário. III - É a LDO que estabelece a ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). IV - A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro. De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

51) Ano: 2022 Banca: IBFC Órgão: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A Constituição Federal de 1988 instituiu três leis que são os instrumentos do planejamento do governo. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

I. As leis que são instrumentos do planejamento do governo são Plano Plurianual PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, e Lei Orçamentária Anual LOA.

II. As leis, instrumentos do planejamento governamental, são de iniciativa exclusiva do poder legislativo.

III. Os projetos de lei desses instrumentos de planejamento são colocados para apreciação pela população, por meio das audiências públicas, e pelo poder executivo, que pode propor emendas aos projetos.

IV. O Plano Plurianual a PPA é o instrumento que direciona a elaboração da Lei Orçamentária Anual, determinando quais metas e prioridades serão tratadas no ano seguinte.

V. A Lei das Diretrizes Orçamentárias LDO é o instrumento que viabiliza o planejamento do governo que fixa o valor da despesa e prevê o montante das receitas a ser arrecadado com as suas devidas classificações.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) I e III apenas
- d) I, II e III apenas
- e) I, II, III e IV

52) Ano: 2018 Banca: DEPSEC Órgão: Universidade Federal do Amapá

(...) pode ser definido como um instrumento de planejamento da ação governamental composto do ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, efetivar as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins, adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em leis, segundo Baleeiro (2004). Assim, trata-se de um “documento” em que se localiza a previsão para um período determinado (CREPALDI , 2013). Estamos falando de:

- a) Orçamento Público.
- b) Receita Pública.
- c) Despesa Pública.
- d) Crédito Público.
- e) Controle Orçamentário.

53) Ano: 2021 Banca: UFR Órgão: Universidade Federal de Rondonópolis

Em relação ao Planejamento Estratégico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O Planejamento Estratégico pode ser visto como um conjunto de ações interligadas e complementares, realizadas nas diferentes instâncias da organização governamental, com vista a mobilizar as pessoas à ação.

() É um processo sistemático que obedece a uma sequência de análises e decisões de forma a estruturar e esclarecer os cursos de ação da empresa e os objetivos que deve alcançar. Aplica-se à organização em sua totalidade e também a cada uma de suas partes: estratégias de produção, de marketing, recursos humanos, e assim por diante.

() Desde a década de 1950, o planejamento estratégico era formalizado e implementado por meio da formulação dos planos estratégicos, em função da estabilidade e previsibilidade do macroambiente.

() O Planejamento Estratégico compreende os seguintes componentes: análise diagnóstica da situação estratégica, análise dos ambientes externo e interno, definição do plano de ação estratégica com os objetivos, metas, seleção das estratégias adequadas e implementação das estratégias funcionais e operacionais de cada área funcional, conforme plano.

Assinale a sequência correta.

- a) V, V, F, F
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, F, V

54) Ano: 2019 Banca: IF-MT Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

O planejamento é operacionalizado e materializado por meio de planos, programas e projetos vinculados a uma ou mais áreas, setores ou políticas,

possuindo dimensões técnica e política. Sobre essas dimensões, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A dimensão técnica pressupõe a racionalidade das ações, ponderando uma série de condicionantes, entre eles: prazos e recursos.

() A dimensão política inscreve-se no contexto de tomada de decisões em que a correlação de forças e de interesses distintos evidencia-se entre os sujeitos.

() Tanto na área governamental quanto privada, o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões na busca de caminhos sobre o que, por que, para que, onde, quando e como fazer.

() No planejamento estatal, é preciso levar em conta o princípio da neutralidade em relação não apenas às finalidades e objetivos, como também à eleição dos instrumentos operacionais.

() No exercício do planejamento, o assistente social manifesta as três dimensões que constituem o seu exercício profissional: a técnico-operativa, a teórico-metodológica e a ético-política.

Assinale a sequência correta.

a) V, V, F, F, V

b) V, F, V, V, F

c) F, F, F, V, V

d) V, V, V, F, V

e) V, F, V, F, V

55) Ano: 2019 Banca: IBFC Órgão: Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte

Com relação aos Instrumentos de Planejamento Governamental, analise as informações abaixo, atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F)

() O ciclo de planejamento e orçamento público brasileiro é composto por várias etapas, sendo três os instrumentos principais: Plano Plurianual (PPA), Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). () O Plano Plurianual (PPA) é elaborado com o objetivo de detalhar as metas e prioridades da administração pública para o próximo ano. () A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada. () A Lei Orçamentária Anual (LOA) obedece os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pelo Plano Plurianual (PPA) e estima as receitas e fixa as despesas de toda a administração pública federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V, V
- b) V, V, F, F
- c) V, F, F, V
- d) V, F, F, F

56) Ano: 2023 Banca: FUMARC Órgão: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

As continuas e rápidas mudanças nos contextos sociais, que produziram transformações na capacidade do Estado e nas ações governamentais, colocaram novos desafios para o planejamento estatal. O esgotamento dos modelos tradicionais reorienta a discussão sobre o planejamento, suas premissas e processos, incorporando a dimensão estratégica na gestão pública.

Isso significa compreendê-lo como:

- I. Instrumento político para moldar e articular os diversos interesses presentes no processo de intervenção governamental de políticas públicas.
- II. Processo de aprendizado contínuo nas interações de decisões políticas, o que requer, além de um conjunto de informações precisas, transparência e soluções construídas de forma compartilhada.

III. Modos de organização de políticas que envolvem fortes componentes participativos, o que supõe um alto grau de horizontalidade em suas concepções.

IV. Capacidade de prover as políticas de informações técnicas, de prever o futuro e antecipar os problemas que possam impactar a política, estabelecendo as soluções necessárias, garantindo a eficiência do processo.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.

57) Ano: 2022 Banca: UFSM Órgão: Universidade Federal de Santa Maria

Em relação aos instrumentos de planejamento do setor público no âmbito federal, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

() O Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.() O projeto do Plano Plurianual elaborado no primeiro ano de governo, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício.() As regras para os gastos com pessoal são definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.() A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A sequência correta é

- a) V - F - V - F.
- b) V - V - V - F.

- c) F - F - F - V
- d) V - F - F - V.
- e) F - V - V - F.

3. GABARITO

- 1) Certo
- 2) Certo
- 3) Errado
- 4) A
- 5) Errado
- 6) Errado

- 7) Certo
- 8) Certo
- 9) Certo
- 10) Errado
- 11) A
- 12) Certo
- 13) Certo
- 14) C
- 15) C
- 16) Certo
- 17) D
- 18) D
- 19) B
- 20) E
- 21) D
- 22) B
- 23) D
- 24) A
- 25) E
- 26) E
- 27) A
- 28) Certo
- 29) B
- 30) B
- 31) Certo
- 32) B
- 33) E
- 34) D
- 35) A
- 36) A

- 37)A
- 38)A
- 39)Certo
- 40)C
- 41)D
- 42)Certo
- 43)C
- 44)B
- 45)B
- 46)A
- 47)C
- 48)B
- 49)E
- 50)C
- 51)A
- 52)A
- 53)B
- 54)D
- 55)C
- 56)A
- 57)A

4. COMENTÁRIOS

1) Vamos analisar a afirmação dada:

"O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas."

O orçamento público é de fato um instrumento de planejamento governamental. Nele, estão previstas tanto as despesas quanto as receitas do governo para um período determinado, geralmente um ano.

A ideia central do orçamento é que ele deve ser equilibrado, ou seja, as receitas (arrecadação) devem ser suficientes para cobrir as despesas.

No entanto, vale ressaltar que, na prática, muitos governos operam com déficits orçamentários, o que significa que as despesas superam as receitas previstas.

Dado o contexto e o entendimento geral sobre orçamentos públicos, a afirmação está correta, pois descreve o orçamento como um instrumento de planejamento que busca equilibrar despesas com receitas.

Resposta: "a) Certo"

2) O ciclo orçamentário brasileiro envolve a elaboração e aprovação de três peças: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

No contexto orçamentário, todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como órgãos autônomos, precisam seguir um ciclo orçamentário unificado.

Eles elaboram suas propostas orçamentárias, que depois são consolidadas pelo Poder Executivo e enviadas ao Congresso Nacional para aprovação.

Nesse sentido, mesmo que cada Poder e órgão tenha autonomia em suas funções e na administração de seus recursos, quando se trata do ciclo orçamentário, todos estão sujeitos à orientação normativa do órgão central do Sistema (anteriormente MPOG e agora Ministério da Economia).

Dessa forma, a afirmação "Os órgãos setoriais de planejamento e de orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário se submetem a orientação normativa do órgão central de planejamento do Poder Executivo." está: "a) Certo".

3) O orçamento público é de fato planejado para um ano, o que é comumente conhecido como exercício financeiro.

No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro.

A Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) reforçam o princípio da anualidade, estipulando que o orçamento público deve ser elaborado e aprovado para um ano.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve estar em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Sendo assim, o item que menciona que o orçamento público é planejado para um período de dois anos está incorreto.

Desta forma, a resposta para a questão é: "b) Errado. "

4) Vamos discutir detalhadamente cada item:

I) Lei Orçamentária Anual (LOA):

A LOA é efetivamente o instrumento que estima as receitas e autoriza as despesas do governo para o ano subsequente.

A LOA considera as diretrizes estabelecidas pelo PPA e pela LDO, e é nela que as ações do governo se materializam no curto prazo.

A LOA precisa garantir o equilíbrio entre receitas e despesas, e isso é fundamental para a gestão fiscal responsável.

Portanto, o item I está correto.

II) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

A afirmação de que a LDO materializa a realização das políticas públicas é incorreta.

A LDO estabelece as diretrizes, metas e prioridades do governo para o ano subsequente, além de orientar a elaboração da LOA.

Contudo, é na LOA que estas políticas são efetivamente planejadas e orçadas para execução.

Portanto, o item II está incorreto.

III) Anexo de metas fiscais:

O anexo de metas fiscais está incluído na LDO.

Seu propósito é garantir a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo metas anuais em relação a variáveis como receita, despesa, resultado nominal e primário, e dívida pública.

O PPA, por sua vez, tem um caráter mais estratégico e estabelece os objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos.

O item III está incorreto ao afirmar que o PPA deve conter o anexo de metas fiscais.

Conclusão:

O único item correto é o item I, enquanto os itens II e III estão incorretos. Assim, a resposta correta é a letra A.

5) A afirmação é: “Errado (b).”

Vamos entender o motivo:

A formação da agenda pública refere-se ao processo pelo qual certos assuntos ou problemas ganham a atenção dos decisores públicos e do público em geral e, portanto, têm a possibilidade de serem transformados em políticas públicas.

Esse processo não é exclusivo dos poderes Executivo e Legislativo.

O processo de formação de agenda é influenciado por diversos atores e fatores, incluindo:

1. Mídia: A maneira como a mídia destaca ou minimiza certos problemas pode afetar a percepção pública e, por consequência, a agenda governamental.
2. Grupos de interesse: Organizações, associações e grupos de pressão podem mobilizar-se em torno de temas específicos, influenciando a agenda.

3. Opinião pública: A percepção e demanda do público sobre certas questões podem pressionar os decisores a incluí-los na agenda.

4. Poder Judiciário: Em certos contextos, o Poder Judiciário pode influenciar a agenda ao tomar decisões que requerem ação legislativa ou executiva.

5. Eventos externos: Certos eventos, como desastres naturais ou crises econômicas, podem forçar rapidamente um tema a entrar na agenda.

Deste modo, a formação da agenda pública é um processo multifacetado e não se limita exclusivamente aos poderes Executivo e Legislativo.

6) Vamos detalhar a explicação:

1. Relação da LDO com o PPA da gestão anterior:

- O Plano Plurianual (PPA) define metas e objetivos que o governo pretende alcançar em um período de quatro anos.

Dado que o mandato presidencial também tem duração de quatro anos, há um sincronismo entre eles.

No entanto, a primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de um novo governo é elaborada no ano de posse do novo presidente.

Isso significa que, no primeiro ano do mandato, a LDO é baseada no PPA definido pela gestão anterior.

2. Relação hierárquica entre o PPA e a LDO:

- As leis orçamentárias não têm uma relação de subordinação, mas sim de complementaridade e coesão.

O PPA estabelece os objetivos e metas plurianuais, enquanto a LDO define as metas e prioridades para o ano subsequente.

Não se pode dizer que a LDO "obedece" ao PPA, mas sim que ela deve ser elaborada de forma compatível com ele, respeitando e refletindo suas diretrizes.

3. Leis e regulamentações que a LDO deve considerar:

- A elaboração da LDO não é guiada exclusivamente pelo PPA. Ela também é moldada por outras legislações importantes, como a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e a Lei nº 4.320/64, que

estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 também traz preceitos fundamentais que norteiam a elaboração das leis orçamentárias.

Em resumo, a afirmação "A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício" é errada por múltiplos motivos.

A LDO deve ser coerente com o PPA vigente (que pode ser de uma gestão anterior), não existe uma hierarquia de obediência entre o PPA e a LDO, e a LDO é também orientada por várias outras leis e normas além do PPA.

7) Questão está "a) Certo".

Tanto o orçamento de desempenho quanto o orçamento-programa são modelos modernos de orçamento que se afastam da simples classificação de despesas por natureza do gasto (como o orçamento tradicional) e se concentram nos resultados a serem alcançados ou nos objetivos das despesas.

1. Orçamento-Programa: Foca nos programas de trabalho e seus objetivos. Ele se baseia na ideia de que o orçamento deve refletir os programas de ação governamental, levando em consideração tanto os inputs (recursos) quanto os outputs (produtos) e outcomes (resultados alcançados).

Dessa forma, a alocação de recursos é orientada por programas que buscam atingir objetivos específicos.

2. Orçamento de Desempenho: Vai além do orçamento-programa ao considerar não apenas o que é adquirido (inputs e outputs), mas também a efetividade dessas aquisições.

Em outras palavras, o foco é no desempenho, avaliando se os recursos alocados estão realmente atingindo os objetivos pretendidos de forma eficiente.

Em ambos os casos, a classificação da despesa é orientada pelos objetivos e resultados a serem alcançados, e não apenas pela natureza do gasto.

8) Vamos analisar a questão:

A premissa da questão está baseada no princípio da universalidade, que estabelece que todos os ingressos (receitas) e todas as despesas devem ser incluídos no orçamento, garantindo uma visão completa dos recursos que um ente governamental pretende arrecadar e gastar em um determinado período.

Entendendo o contexto:

1. Quando um ente da federação (por exemplo, um estado) arrecada um tributo que é parcialmente devido a outro ente (por exemplo, municípios), ele deve inicialmente registrar o montante total arrecadado em seu orçamento.

Isso é feito em conformidade com o princípio da universalidade, que exige a inclusão de todas as receitas previstas.

2. No entanto, essa arrecadação total não permanece completamente com o ente arrecadador.

Uma parcela dela deve ser repassada a outros entes, conforme estabelecido pela legislação.

3. Esse repasse é registrado como despesa no orçamento do ente arrecadador, e, por outro lado, o ente beneficiado registra o recebimento como receita, como mencionado na Lei 4.320: "As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber." Dessa forma, a afirmação está correta. Mesmo que parte dessa arrecadação seja repassada posteriormente, o ente arrecadador deve incluir o produto integral da receita em seu próprio orçamento inicialmente, seguindo o princípio da universalidade.

Mais tarde, o devido repasse é contabilizado como despesa, garantindo que o orçamento reflita todos os movimentos financeiros.

Resposta correta: Certo.

9) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desempenha um papel fundamental no processo de planejamento orçamentário brasileiro.

Ela age como uma ponte entre o Plano Plurianual (PPA), que estabelece as metas de médio prazo do governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que especifica o orçamento para um determinado ano.

A LDO orienta a elaboração da LOA e define as metas e prioridades para o próximo exercício financeiro.

O art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece especificidades sobre o que a LDO deve abordar. Para aprofundar:

- Anexo de Metas Fiscais: Este anexo faz parte do projeto da LDO. Nele, são fixadas as metas fiscais em termos de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública.

Estas metas são determinadas para o ano em questão e os dois anos subsequentes.

- Avaliação do cumprimento das metas do ano anterior: Esta é uma parte crucial do Anexo de Metas Fiscais. O governo precisa prestar contas sobre como se saiu em relação às metas do ano anterior.

Este é um mecanismo de transparência e responsabilidade, pois permite que os cidadãos, parlamentares e outras partes interessadas verifiquem se o governo está cumprindo suas próprias metas.

- Comparação com metas anteriores: A LRF também estipula que as metas anuais devem ser justificadas e comparadas com as estabelecidas nos três exercícios anteriores. Isso proporciona uma visão mais ampla da trajetória fiscal e permite avaliar se o governo está progredindo ou regredindo em suas metas. Em resumo, a LDO não apenas estabelece metas e prioridades para o próximo ano, mas também exige que o governo avalie seu desempenho no ano anterior em relação a essas metas.

Isso é essencial para garantir que o planejamento orçamentário seja realizado de forma transparente e responsável. E, como estabelecido no art. 4º da LRF, a

avaliação do cumprimento das metas do ano anterior é um componente obrigatório da LDO.

Resposta: Certo.

10) Vamos lá:

No âmbito do PPA:

1. Meta:

- Definição: A meta é uma declaração quantitativa ou qualitativa de um objetivo específico que a administração pública deseja alcançar. Em outras palavras, ela serve como um indicador de progresso em direção a um objetivo estabelecido.
- Exemplo: Suponha que um dos objetivos do governo seja "melhorar a qualidade da educação primária". Uma meta relacionada a este objetivo pode ser "aumentar a taxa de alfabetização de crianças de 7 a 10 anos em 10% até o final do período do PPA".

2. Iniciativa:

- Definição: Enquanto a meta é o "quê" (o que queremos alcançar), a iniciativa é o "como" (como vamos alcançar). Ela declara os meios que tornarão possível alcançar os objetivos e metas estabelecidos. Trata-se de um conjunto de ações, estratégias ou medidas a serem tomadas para se alcançar uma meta.
- Exemplo: Se a meta é "aumentar a taxa de alfabetização", uma iniciativa poderia ser "implementar programas de treinamento para professores em métodos modernos de ensino" ou "introduzir novos materiais didáticos nas escolas".

Na questão apresentada, há uma confusão entre os conceitos de meta e iniciativa.

A afirmação descreve a iniciativa, mas a chama de meta.

Dada a definição clara apresentada no PPA 2016-2019, é evidente que a declaração na questão é "errada".

Portanto, quando você se deparar com questões como essa, é essencial entender a diferença entre "o que" (Meta) e "como" (Iniciativa) para responder corretamente.

11) A questão refere-se aos instrumentos de planejamento e orçamento governamental previstos na Constituição Federal de 1988.

Dentre eles, o Plano Plurianual (PPA) é o que apresenta menor regulamentação e detalhamento em termos de conteúdo e processo de elaboração.

Apesar dessa característica, um aspecto que se consolidou em relação ao PPA é a necessidade de transparência e participação popular.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no artigo 48, há uma ênfase na transparência da gestão fiscal.

Esta transparência é expressa através da divulgação de diversos documentos, incluindo planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.

E, para assegurar essa transparência, o parágrafo 1º do artigo 48 destaca a necessidade de incentivar a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão desses instrumentos, que inclui o PPA.

Portanto, a opção "a) discussão com a sociedade em audiências públicas" é a correta porque a LRF estabelece que a transparência fiscal seja garantida também por meio do incentivo à participação popular e realização de audiências públicas nos processos de elaboração e discussão de instrumentos orçamentários, como o PPA.

Essa é uma maneira de permitir que a sociedade tenha voz ativa no planejamento das ações governamentais e, assim, o governo possa atender melhor às necessidades e expectativas da população.

12) O Decreto-Lei Nº 200/67 é considerado uma das principais normas que estrutura a organização administrativa federal.

Nele, encontramos os princípios fundamentais que devem nortear a administração pública federal, dentre os quais está o princípio do planejamento. Segundo o artigo 6º, inciso I, o planejamento é colocado como o primeiro princípio fundamental da atividade administrativa federal.

Este princípio é crucial porque, sem planejamento, a ação administrativa pode se tornar desorganizada, ineficiente e desconectada das necessidades reais da população e dos objetivos de desenvolvimento do país.

Já o artigo 7º aprofunda o conceito de planejamento, indicando que a ação governamental deve ser pautada por um planejamento voltado ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil e à segurança nacional.

Além disso, apresenta os instrumentos de planejamento que a administração deve elaborar e atualizar. Entre esses instrumentos, estão o plano geral de governo, programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso.

Assim, é clara a importância do planejamento como princípio e prática na administração federal.

O item apresentado, portanto, faz uma afirmação correta ao associar o princípio do planejamento ao estudo e estabelecimento de diretrizes e metas por meio de programas globais, setoriais e regionais, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei Nº 200/67.

13) Fragmentação refere-se à situação em que várias instituições ou unidades de uma mesma instituição atuam sobre o mesmo problema ou objetivo, mas o fazem de maneira não coordenada.

Esse cenário pode resultar em ineficiências na implementação de políticas públicas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) destaca a necessidade de abordar as políticas públicas de maneira integrada, evitando fenômenos como fragmentação, sobreposição, duplicidade e lacunas.

A abordagem integrada procura garantir que a intervenção pública seja mais eficaz e otimize os recursos utilizados.

O método FSD (fragmentação, sobreposição, duplicidade e lacunas) é uma ferramenta que ajuda a identificar se a política pública está sendo implementada de forma coordenada.

A aplicação desse método ocorre em duas fases:

1. Identificação: O primeiro passo é identificar a presença de fragmentação, sobreposição, duplicidade e lacunas na forma como o problema ou objetivo está sendo abordado pela política pública.
2. Reconhecimento dos Efeitos: Após a identificação, o próximo passo é reconhecer os potenciais impactos negativos que a presença desses fenômenos pode ter sobre a eficácia da política pública.

Por exemplo, a fragmentação pode levar à redundância de esforços, consumo ineficiente de recursos e até mesmo a ações contraditórias.

Por isso, ao identificar a fragmentação, torna-se fundamental que o governo intervenha para garantir uma coordenação mais efetiva entre as diferentes entidades ou unidades envolvidas.

Deste modo, quando identificada a fragmentação, é essencial a intervenção governamental para assegurar que a política pública atinja seus objetivos de forma eficaz, evitando redundâncias e desperdícios.

14) O planejamento governamental e organizacional se estrutura em diferentes níveis hierárquicos, variando do mais amplo e generalista ao mais específico e detalhado.

Cada nível tem sua importância e características próprias, refletindo o escopo e a profundidade de suas decisões.

1. Planejamento Estratégico:

- Temporalidade: Longo prazo.
- Abrangência: Considera a organização como um todo.

- Foco: Adaptação da organização a um ambiente mutável e direção geral da organização.
- Elaboração: Usualmente feito pela alta direção.
- Características: Considera as implicações futuras de decisões atuais, envolve processos contínuos e inter-relacionados e é orientado para construir consensos e promover a aprendizagem organizacional.

2. Planejamento Tático:

- Temporalidade: Médio prazo, usualmente anual.
- Abrangência: Específico para cada departamento ou unidade da organização.
- Foco: Como implementar as estratégias definidas no planejamento estratégico ao nível departamental.
- Elaboração: Feito por gestores de nível intermediário.
- Características: Alinha as operações e recursos do departamento aos objetivos estratégicos da organização.

3. Planejamento Operacional:

- Temporalidade: Curto prazo, muitas vezes imediato.
- Abrangência: Atividades e tarefas específicas.
- Foco: Detalhamento das operações diárias necessárias para alcançar os objetivos táticos e estratégicos.
- Elaboração: Feito por gestores de nível operacional.
- Características: Preocupa-se com metas específicas, detalhando recursos, processos e responsabilidades para alcançá-las.

Agora, analisando o objetivo apresentado: "Fortalecer a difusão do conhecimento produzido na instituição ao público interno e externo, por meio de ações voltadas ao ensino e pesquisa.", percebe-se que:

- Ele tem um foco amplo e de longo alcance.
- Envolve a organização como um todo, não limitando-se a uma área ou departamento específico.
- Está alinhado com a missão da entidade, sendo mais voltado à direção e visão geral do que às operações cotidianas ou específicas.

Dessa forma, trata-se de um “objetivo estratégico”.

15) A LDO é um instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, metas e prioridades da administração pública para o próximo exercício financeiro.

Ela orienta a elaboração do orçamento e adapta-se à realidade fiscal, estabelecendo a ligação entre o planejamento de longo prazo (PPA) e o orçamento anual (LOA).

Agora, com a identificação do instrumento de planejamento sendo a LDO, vamos considerar as opções:

c) pode dispor sobre alterações na legislação tributária no âmbito do referido ente;

- Conforme o Art. 165, § 2º da CF/88, a LDO "disporá sobre as alterações na legislação tributária". Portanto, essa opção está correta.

Assim, com base na Constituição Federal de 1988, fica claro que a LDO tem a competência de dispor sobre alterações na legislação tributária, fazendo da opção "c" a correta para o trecho em questão.

16) Conforme o MCASP:

Programa é a ferramenta que busca organizar a atuação governamental, associando um conjunto de ações que têm como propósito cumprir um objetivo específico.

Esse objetivo é determinado com a intenção de solucionar um problema ou atender uma demanda da sociedade.

Os programas são estruturados em relação às ações, que são caracterizadas como atividades, projetos ou operações especiais. Cada ação tem valores e metas associados e especifica qual unidade orçamentária é responsável por sua execução.

Resumindo, um programa é um conjunto articulado de ações (atividades, projetos ou operações especiais) que visam a um objetivo comum, que pode ser

a resolução de um problema específico ou a satisfação de uma necessidade da sociedade.

O MCASP serve como guia para a contabilidade no setor público e ajuda a organizar e entender como os recursos públicos são planejados e utilizados.

17) O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos.

Ele é um dos três principais instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal de 1988.

Agora, correlacionando com os níveis de planejamento, temos:

1. Planejamento Estratégico: Trata-se do nível mais elevado de planejamento e refere-se ao longo prazo.

Nele, a organização define sua visão, missão, valores e os grandes objetivos que pretende alcançar. No contexto governamental, o PPA se encaixa neste nível, já que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para quatro anos, refletindo as prioridades estratégicas do governo.

2. Planejamento Tático: Está relacionado com o nível intermediário da organização. Nele, são definidas as ações e os recursos necessários para alcançar os objetivos estratégicos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) se encaixa neste nível, pois estabelece as metas e prioridades para o próximo exercício financeiro, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Planejamento Operacional: Este é o nível mais detalhado e refere-se ao curto prazo. Envolve a especificação de como as ações e os recursos definidos no planejamento tático serão utilizados.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) se encaixa neste nível, pois especifica as receitas e despesas do governo para o próximo ano.

Agora, vamos analisar a questão:

d) "está relacionado com a perspectiva do planejamento estratégico": Esta afirmação está correta. O PPA reflete a perspectiva estratégica do governo para os próximos quatro anos.

Em resumo, o PPA é o instrumento que permite ao governo definir e comunicar suas prioridades estratégicas para um período de quatro anos, garantindo que os recursos públicos sejam alocados de acordo com essas prioridades.

18) Vamos analisar cada opção:

a) Orçamento público é um conceito estático cujas funções têm permanecido inalteradas desde a sua criação.

Esta afirmativa é incorreta. O conceito de orçamento público evoluiu ao longo do tempo. Originalmente, tinha uma perspectiva meramente contábil e financeira.

Com o tempo, passou a ser visto também como um instrumento de planejamento e gestão.

b) O orçamento público constitui norma legal a ser aplicada integralmente e contém a fixação das receitas e a estimativa/previsão das despesas a serem realizadas pelo governo em determinado exercício financeiro.

Esta afirmativa é parcialmente correta. O orçamento público é, de fato, uma norma legal que prevê as receitas e despesas para um exercício financeiro.

No entanto, nem sempre é aplicado integralmente, pois ao longo do exercício financeiro, podem ocorrer alterações, remanejamentos e contingenciamentos.

c) O orçamento público é um documento contábil e financeiro desvinculado do planejamento governamental.

Esta afirmativa é incorreta. O orçamento público está intrinsecamente ligado ao planejamento governamental.

É por meio do orçamento que se materializam as decisões de alocação de recursos previstas no planejamento.

d) A Constituição Federal de 1988 introduziu um modelo orçamentário para a gestão do dinheiro público no Brasil, o qual consiste basicamente em três

documentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA).

Esta afirmativa é correta. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu esse modelo trifásico de planejamento e orçamento, que visa integrar o planejamento de longo prazo (PPA) com o de médio (LDO) e curto prazo (LOA).

Portanto, a opção correta é a “letra d”.

19) Vamos analisar cada opção:

a) Políticas educacionais são um instrumento governamental que tem o objetivo de fornecer subsídios para a ampliação e a universalização da educação num país, seja em nível federal, estadual ou municipal.

Esta afirmação está correta. Políticas educacionais são formuladas e implementadas pelos governos com o objetivo de garantir o acesso e a qualidade da educação.

b) As políticas educacionais envolvem as escolas, cabendo a outros setores a promoção de ações voltadas para a participação da família e da própria comunidade na educação.

Esta afirmação é incorreta. Políticas educacionais não são restritas apenas às escolas.

Elas também abordam questões relacionadas à participação da família e da comunidade na educação.

O envolvimento da família e da comunidade é reconhecido como um fator crucial para o sucesso educacional.

c) O desenvolvimento de políticas públicas educacionais atua no planejamento, execução e acompanhamento de medidas para a ampliação e qualidade da educação em estados e municípios brasileiros.

Esta afirmação está correta. Políticas públicas educacionais são desenvolvidas para planejar, implementar e monitorar iniciativas que buscam melhorar o acesso e a qualidade da educação.

d) Para garantir o direito à educação previsto na Constituição Federal, são necessárias políticas públicas que promovam a universalização do acesso, permanência e aprendizagem na escola, considerando o respeito às diferenças e a redução das desigualdades.

Esta afirmação está correta. A Constituição Federal assegura o direito à educação, e políticas públicas são necessárias para tornar esse direito uma realidade.

e) A elaboração de políticas educacionais interfere na qualidade de vida dos indivíduos como um todo.

Esta afirmação está correta. Educação de qualidade tem um impacto direto na qualidade de vida dos indivíduos, fornecendo-lhes melhores oportunidades de emprego, habilidades para a vida diária, e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

Portanto, a afirmação incorreta é a "letra b".

20) Vamos esmiuçar detalhadamente cada um dos itens:

I. Planejamento Estratégico Plurianual (PPA): O PPA, no contexto brasileiro, refere-se ao Plano Plurianual, um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, com vigência de quatro anos, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a administração pública. Em sua essência, o PPA possui uma natureza estratégica ao definir ações para um período mais extenso, sendo um planejamento de médio prazo que direciona a visão do governo. Entretanto, pode ser que ele não seja considerado um "método" de planejamento estratégico em si, mas um instrumento. Vamos analisar os outros itens e verificar as alternativas disponíveis. Afinal, talvez, eliminando as alternativas, conseguimos chegar no posicionamento da banca.

II. Planejamento Estratégico Governamental (PEG): Esta é uma abordagem genérica para planejamento no setor público. Em essência, qualquer planejamento que estabeleça visão, missão, objetivos e estratégias para

entidades governamentais pode ser categorizado sob esta nomenclatura. Ele define o que o governo quer alcançar e como pretende fazê-lo.

III. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Este método envolve a comunidade e outras partes interessadas no processo de planejamento. Em contextos governamentais, é especialmente relevante devido ao envolvimento direto dos cidadãos nas decisões que afetarão suas vidas.

O envolvimento da sociedade pode resultar em um planejamento mais realista e implementável.

IV. Planejamento Estratégico Situacional (PES): O PES é um método desenvolvido para contextos em que os problemas são complexos e as soluções não são claras. É baseado em uma análise situacional para decidir a melhor ação a ser tomada. No setor público, isso é especialmente relevante porque os problemas são multifacetados e as soluções podem ser politicamente sensíveis.

Dado o acima exposto:

- O item I, embora não seja um "método" tradicional de planejamento estratégico, foi considerado pra banca dentro do escopo estratégico devido à sua natureza no contexto brasileiro.
- Os itens II, III e IV são reconhecidos como métodos de planejamento estratégico no setor público.

Assim, considerando que estamos lidando com uma visão mais ampla, e a seguida pra banca, no contexto do setor público brasileiro, a opção correta é a "e".

21) Vamos analisar as alternativas:

a) O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, com vigência de 4 anos, que apresenta as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. No entanto, o início da vigência do PPA não coincide com o início do mandato do prefeito municipal e dos vereadores.

Em âmbito federal, o primeiro ano de mandato do Presidente é dedicado à elaboração do PPA, que entrará em vigor no segundo ano do mandato e perdurará até o primeiro ano do mandato seguinte.

b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Ela orienta a elaboração do orçamento, mas não é o documento que apresenta o orçamento fiscal em si. A LOA faz isso.

c) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública são elementos do PPA. A LOA, por sua vez, estima as receitas e fixa as despesas do governo para um exercício financeiro.

d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima a receita e fixa a despesa do governo para o exercício financeiro subsequente. Ela não pode conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, até mesmo por antecipação de receita. Portanto, essa afirmação está correta.

e) O Plano Plurianual (PPA) tem vigência de 4 anos. A LDO é anual. A LOA também é anual. A afirmação de que ambos PPA e LDO têm vigência de 4 anos está incorreta.

Diante do exposto, a alternativa ****CORRETA**** é a letra “d”.

22) Vamos analisar as afirmativas:

() A Metodologia de Diagnóstico de Situação se refere aos procedimentos que ajudam a identificar problemas e contextos em determinada situação.

Em termos de Planejamento Estratégico Governamental, é fundamental reconhecer situações-problema que devem ser endereçadas. Portanto, essa afirmação é Verdadeira (V).

() As situações-problema podem ser classificadas em diversos tipos, tais como ameaças, oportunidades e obstáculos. Além disso, a classificação em relação ao tempo, governabilidade, abrangência e estruturação é uma abordagem comum

para entender a natureza e as nuances dos problemas enfrentados. Assim, essa afirmação é Verdadeira (V).

() No contexto do planejamento estratégico governamental, é essencial ter sistemas que permitam a organização, o acompanhamento e o processamento de informações.

Sistemas de constituição da agenda, de cobrança, prestação de contas e gestão operacional são fundamentais para garantir que as estratégias sejam efetivamente implementadas e monitoradas. Assim, essa afirmação é Verdadeira (V).

Logo, a sequência correta de cima para baixo é “V, V, V”. A alternativa correta é a letra “b) V, V, V”.

23) O Plano Plurianual (PPA) tem como função principal definir as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, abordando as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Ele também considera os programas, sejam eles de duração delimitada ou continuada.

A opção que se alinha corretamente com a definição constitucional do PPA é:

“d) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

24) O Artigo 165, § 2º da Constituição Federal estabelece o papel e as atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no contexto do planejamento orçamentário do Brasil. Vamos detalhar essa questão:

A LDO tem funções que vão além de simplesmente determinar metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente. Ela serve como um elo de conexão entre o planejamento de longo prazo, definido pelo Plano Plurianual (PPA), e a especificação orçamentária de curto prazo, materializada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Dentro desse contexto, o Artigo 165, § 2º estipula os seguintes papéis para a LDO:

1. Metas e Prioridades da Administração Pública Federal: A LDO define as ações que deverão ser prioritárias no orçamento do ano seguinte. Ela orienta os órgãos públicos sobre onde devem concentrar seus esforços e recursos.
2. Diretrizes de Política Fiscal e Respectivas Metas: Define os rumos que a política fiscal deve tomar, tendo em vista a sustentabilidade da dívida pública. Isso implica em equilibrar receitas e despesas, de modo a manter a saúde fiscal do país.
3. Orientação para a Elaboração da LOA: A LDO estabelece os parâmetros que devem ser seguidos na construção da LOA, garantindo que esta esteja alinhada com as metas e prioridades definidas.
4. Alterações na Legislação Tributária: Qualquer proposta de mudança nas leis que regem a arrecadação de tributos deve estar em sintonia com o que foi estipulado na LDO.
5. Política de Aplicação das Agências Financeiras Oficiais de Fomento: Define como as instituições financeiras governamentais devem atuar em termos de financiamentos e investimentos.

Em resumo, a LDO é uma ferramenta crucial para garantir que o orçamento anual esteja alinhado com os objetivos estratégicos do governo.

Ela funciona como uma ponte entre a visão de longo prazo e a execução prática das políticas públicas no curto prazo.

Portanto, a resposta correta é: "a) quais serão as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte."

25) O Planejamento Orçamentário do Brasil é sustentado por três principais instrumentos legais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Vamos detalhar cada uma delas e entender melhor a assertiva correta (letra E).
Plano Plurianual (PPA)

O PPA é o instrumento que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Sua principal característica é estabelecer as ações que o governo pretende realizar durante seu mandato.

No entanto, existe uma peculiaridade no PPA: sua duração não coincide exatamente com o mandato presidencial. O Presidente, no primeiro ano de seu mandato, governa seguindo o PPA elaborado pelo presidente anterior e, durante este ano, ele elabora o PPA que será seguido nos próximos três anos de seu governo e no primeiro ano do mandato de seu sucessor. Portanto, o PPA abrange o final de um mandato e o início do próximo.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO é elaborada anualmente e estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte. Ela orienta a elaboração da LOA, apresentando as metas fiscais e os riscos que poderão afetar as contas públicas. Basicamente, a LDO serve como uma ponte entre o PPA e a LOA, determinando o que, do planejado no PPA, será efetivamente realizado no próximo ano.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA é, como o nome sugere, anual e estima todas as receitas e fixa todas as despesas do governo para o ano subsequente. Enquanto o PPA define o que o governo pretende fazer em quatro anos e a LDO estabelece as metas e prioridades para o próximo ano, a LOA determina, de forma detalhada, como o governo vai atuar no ano seguinte – quais ações serão realizadas, quanto será gasto e de onde virão os recursos.

Agora, voltando às alternativas:

- a) Incorreto. O PPA foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988.
- b) Incorreto. O PPA define diretrizes, objetivos e metas para quatro anos, enquanto metas e prioridades para o exercício seguinte são determinadas pela LDO.
- c) Incorreto. Esta é uma descrição do PPA.
- d) Incorreto. Emendas incompatíveis com o PPA não serão aprovadas.

e) Correto. Esta alternativa reflete a natureza quatrienal do PPA e sua não coincidência exata com o mandato presidencial.

Espero que isso ajude a entender melhor a estrutura de planejamento orçamentário do Brasil!

26) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como função principal orientar a elaboração do orçamento anual e definir as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente. Portanto, a alternativa correta é: "e) o exercício financeiro seguinte."

27) A alternativa que apresenta uma afirmação incorreta sobre o Orçamento Público é:

"a) O orçamento público é o planejamento comum sem a necessidade de ter forma de lei, e visa organizar a gestão financeira para o exercício no período atual."

O erro nesta alternativa está no fato de que o orçamento público, no Brasil, tem forma de lei (Lei Orçamentária Anual - LOA) e deve ser aprovado pelo Poder Legislativo, conforme estabelece a Constituição Federal.

28) O livro "Reinventando o Governo", escrito por David Osborne e Ted Gaebler em 1994, representa um marco na literatura sobre a nova gestão pública, especialmente no que se refere às transformações que ocorreram na administração pública dos Estados Unidos.

Os autores delineiam uma visão renovada de como os governos podem e devem operar, baseada nos seguintes princípios:

1. Administração por Missões (ou Objetivos): Os governos devem focar no que realmente querem alcançar e não apenas em suas atividades rotineiras. As ações devem ser guiadas por uma missão clara e propósitos bem definidos.

2. Mensuração do Desempenho: Em vez de medir apenas os insumos (como quanto dinheiro é gasto), o governo deve avaliar os resultados, ou seja, o impacto real de suas políticas e programas na vida dos cidadãos.
3. Busca pela Qualidade Total: A administração deve adotar abordagens e metodologias que busquem a melhoria contínua dos serviços prestados, inspiradas em práticas da iniciativa privada, como o conceito de Qualidade Total.
4. Ênfase no Cliente: O cidadão é visto não apenas como um destinatário passivo dos serviços governamentais, mas como um cliente ativo, cujas necessidades e feedbacks são essenciais para o aperfeiçoamento do serviço público.
5. Empoderamento dos Cidadãos: Mais do que simplesmente receber serviços, os cidadãos devem ter a oportunidade de participar ativamente nas decisões do governo, influenciando as políticas e direções que impactam suas vidas.
6. Busca pela Equidade: O governo deve assegurar que seus serviços sejam justos e equitativos, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de seu status socioeconômico, tenham acesso às oportunidades e benefícios oferecidos.

Osborne e Gaebler argumentam que, para que os governos se tornem verdadeiramente eficazes e atendam às necessidades de seus cidadãos, é preciso reinventar a forma como operam, adotando uma mentalidade mais empreendedora, ágil e orientada para o cliente.

Isso envolve uma mudança profunda na cultura organizacional do setor público e requer a adoção de novas ferramentas, abordagens e mentalidades.

Em resumo, os autores defendem uma transformação radical na forma como o governo faz negócios, com foco na entrega de valor real aos cidadãos.

A questão está correta.

29) O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento governamental estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Vamos entender melhor:

Plano Plurianual (PPA)

- Natureza: É uma lei de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para um período de 4 anos.

- Conteúdo: O PPA tem a função de organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos do Estado.

Seu propósito é definir as prioridades do governo, orientando a alocação de recursos nos orçamentos anuais durante os quatro anos de sua vigência.

- Diretrizes, Objetivos e Metas (DOM): O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes (os caminhos para se alcançar os objetivos), os objetivos (os propósitos a serem alcançados) e as metas (resultados quantitativos e qualitativos a serem atingidos).

- Despesas de Capital: São aquelas que contribuem, direta ou indiretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Exemplos: investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos, etc.

- Programas de Duração Continuada: São aqueles programas que não se esgotam em um único exercício financeiro. Exemplos: programas de educação, saúde, etc.

Resumindo: O PPA é a ferramenta utilizada para se estabelecer a ligação entre os objetivos estratégicos de longo prazo definidos para o país (ou ente federado) e as ações concretas que permitirão alcançá-los.

Ele serve como base para a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), que, juntas, formam a tríade do planejamento público brasileiro.

Portanto, quando a questão se refere a "diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada", ela está se referindo ao PPA.

30) Trata-se do Orçamento Público. Vamos entender melhor:

1. Instrumento de planejamento governamental: O orçamento público é uma ferramenta utilizada pelos governos para planejar e detalhar como os recursos públicos serão usados durante um período específico, geralmente um ano fiscal.
2. Despesas da administração pública para um ano: Esta é uma característica central do Orçamento Público. Ele é anual, delineando como o governo pretende gastar os recursos arrecadados durante um ano fiscal.
3. Em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas: Um orçamento ideal é aquele que está balanceado, ou seja, as despesas planejadas não excedem as receitas previstas. A ideia é que o governo não gaste mais do que arrecada, evitando déficits.
4. Documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas: O Orçamento Público é um documento oficial que consolida todas as estimativas de receitas e despesas. É o reflexo financeiro do plano de ação do governo.
5. Programa o que de fato vai ser feito com esses recursos: Além de ser um mero relatório financeiro, o orçamento é também um documento de intenção política. Nele, o governo demonstra suas prioridades, alocando recursos para áreas que considera mais importantes.

Portanto, o Orçamento Público é tanto um documento financeiro quanto político. Ele é crucial para a transparência e a accountability, pois permite que a população, através de seus representantes, saiba e possa opinar sobre como o dinheiro público será utilizado.

Ao mesmo tempo, oferece um meio para que os cidadãos possam responsabilizar seus governantes por decisões financeiras.

31) O orçamento público é uma ferramenta fundamental no planejamento governamental. Ele fornece uma visão clara e detalhada de como os recursos públicos serão arrecadados e, mais importante, de como serão gastos.

Nesse sentido, o orçamento público funciona como um plano financeiro que reflete as prioridades e metas do governo para um determinado período, geralmente um ano.

Quando elaborado e executado de maneira eficaz, o orçamento ajuda o governo a alocar recursos de forma eficiente, garantindo que as necessidades mais prementes da sociedade sejam atendidas.

Ele também é uma ferramenta de responsabilidade, pois permite que os cidadãos vejam como o governo planeja gastar o dinheiro dos contribuintes e, posteriormente, avaliem se esses gastos foram realizados conforme o planejado. Portanto, o orçamento público não é apenas uma lista de números. Ele reflete as escolhas políticas e sociais do governo e serve como um guia para a implementação dessas escolhas.

Ele também é um meio pelo qual os cidadãos podem exigir transparência e prestação de contas do governo. Em resumo, o orçamento público desempenha um papel crucial na operação eficaz de um governo e na realização de seus objetivos.

32) Vamos analisar cada alternativa:

- a) Incorreto. A LDO tem vigência anual, enquanto o PPA tem uma vigência de quatro anos.
- b) Correto. No PPA, o governo estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada para um período de quatro anos.
- c) Incorreto. A LDO define as metas e prioridades para o ano seguinte, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, entre outros. Já a estimativa de receita e a fixação de despesa são tratadas na LOA.
- d) Incorreto. O PPA, LDO e LOA são obrigatórios tanto para o âmbito do executivo federal quanto para os executivos estaduais e municipais.
- e) Incorreto. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o PPA, LDO e LOA tornaram-se obrigatórios para todos os entes federativos (União, Estados e Municípios).

Logo, a alternativa correta é:

"b) Em um PPA, o governo estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo que constituem a visão estratégica da gestão pública."

33) Alternativa e) "A lei orçamentária anual não contém as despesas que se pretende executar nos exercícios seguintes, programadas como investimentos plurianuais." é a correta.

Esta alternativa faz referência ao planejamento de despesas que duram mais do que um exercício financeiro.

O dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Art. 5º, § 5º, é claro ao afirmar que a LOA não pode destinar recursos para investimentos que durem mais do que um ano sem que esse investimento esteja previsto no PPA (Plano Plurianual) ou em uma lei específica que permita sua inclusão.

O PPA é o instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal para um período de quatro anos. Portanto, qualquer investimento que ultrapasse um ano (ou seja, plurianual) precisa estar contemplado no PPA.

Assim, a alternativa "e)" é correta porque reflete exatamente o que diz a LRF: a LOA, por si só, não pode programar despesas plurianuais (que se estendem por mais de um ano) a menos que essas despesas estejam previamente contempladas no PPA ou em uma legislação específica.

34) A alternativa que destoa das demais e que não representa uma interface clara entre o planejamento estratégico e a produção de políticas é:

"d) A existência de um sistema de planejamento governamental é independente da elaboração e implementação efetiva de políticas públicas, porque o planejamento viabiliza o desenho e a execução enquanto a política faz outro percurso buscando otimizar a relação entre meios e fins, recursos disponíveis e resultados almejados."

O planejamento estratégico e a produção de políticas públicas estão intrinsecamente ligados. O planejamento estabelece a direção estratégica,

enquanto as políticas públicas são os meios pelos quais essas estratégias são implementadas.

A afirmativa "d" sugere uma desconexão entre planejamento e políticas públicas, o que não é verdadeiro no contexto de administração pública eficaz. Em uma administração pública eficiente, o planejamento e a formulação de políticas são processos complementares e interdependentes.

35) O instrumento de planejamento governamental que estabelece de forma descentralizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, sob a forma de Programas, para um período de quatro anos, é o: "a) Plano Plurianual." O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos mais importantes de planejamento governamental, conforme estipulado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Conforme o Art. 165, a lei que institui o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, considerando aspectos regionais. Esse planejamento abrange as despesas de capital, outros gastos associados a essas despesas e os programas que têm continuidade ao longo do tempo.

A ênfase na regionalização é fundamental para garantir que o planejamento atenda às especificidades e necessidades de diferentes regiões do país. Em resumo, o PPA orienta o governo, delineando as ações estratégicas a serem seguidas durante o quadriênio.

36) Para responder a essa pergunta, é importante saber quando o PPA atual foi iniciado.

O Plano Plurianual (PPA) tem duração de quatro anos e começa no segundo ano do mandato presidencial, encerrando-se no primeiro ano do mandato seguinte. O PPA atual começou em 2020, ele se encerra em 2023.

Logo, a resposta correta é a letra "a".

37) O conceito que melhor descreve a necessidade de antever as ações em função de objetivos, recursos disponíveis e possibilidade de controle é: "a) Previsão."

Portanto, a resposta correta é a alternativa "a) Previsão".

38) O instrumento de Planejamento Governamental que tem como objetivo identificar com clareza e objetividade os grandes problemas, programas, objetivos e metas a serem priorizados pelo governo, bem como os resultados esperados, é o: "a) Plano Plurianual - PPA"

O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento do setor público brasileiro e está previsto no artigo 165 da Constituição Federal.

O PPA abrange um período de quatro anos e sua função é justamente estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para este horizonte temporal.

Com esse plano, o governo define quais serão as prioridades para o período, servindo como guia para a elaboração dos orçamentos anuais.

O § 1º do art. 165 da CF estabelece que: "A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Isso significa que, no PPA, o governo deverá indicar não só o que pretende fazer, mas também como, onde e com quais recursos. Essa regionalização visa garantir uma distribuição equitativa de recursos e investimentos em todo o território nacional, de modo a promover o desenvolvimento equilibrado do país.

Portanto, quando se refere a "identificar com a máxima clareza e objetividade os grandes problemas, programas, objetivos e metas a serem priorizados pelo governo", está se falando exatamente da essência do PPA: traçar o rumo da administração pública, dando clareza e previsibilidade às ações do governo para o período de quatro anos.

39) O gabarito é “a) Certo”

Explicação:

O orçamento clássico, também conhecido como orçamento tradicional ou orçamento incremental, é focado principalmente nas receitas e despesas, sem uma vinculação clara com objetivos e metas da administração pública.

Esse tipo de orçamento baseia-se, em grande medida, nas despesas do ano anterior, acrescidas de um percentual para ajustes inflacionários ou outras variações. Não há uma análise detalhada sobre a eficácia e efetividade do gasto público.

Por isso, na época em que os órgãos públicos adotavam o orçamento clássico, havia uma desconexão entre a elaboração do orçamento e o planejamento estratégico da ação governamental. Os dados da execução orçamentária serviam principalmente para ajustes incrementais e não para um planejamento baseado em resultados ou objetivos estratégicos.

40) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivo estabelecer as diretrizes, metas e prioridades para o ano seguinte, orientar a elaboração da LOA, dispor sobre alterações na legislação tributária e definir a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Considerando o que está previsto na Constituição Federal (CF) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

- a) A LDO orienta a elaboração da LOA. Está correto.
- b) A LDO dispõe sobre as alterações na legislação tributária. Está correto.
- d) A LDO estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Está correto.

O ponto de destaque está na opção:

- c) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

Embora o equilíbrio entre receitas e despesas seja um princípio fundamental do orçamento público, a LRF (Art. 4) é que explicita essa disposição para a LDO, não sendo uma disposição central da CF quando se fala da LDO.

Assim, o gabarito correto é a letra C.

41) A alternativa que está incorreta sobre o tema de planejamento da ação governamental é: "d) Lei de uso e ocupação do solo"

A Lei de uso e ocupação do solo refere-se a regulações municipais que determinam como as propriedades urbanas em uma cidade ou município podem ser utilizadas.

Ela é parte integrante do plano diretor de um município, mas não é considerada um instrumento básico do planejamento da ação governamental em nível nacional.

42) A alternativa correta é: "a) Certo"

O Decreto-lei n.º 200/1967, que trata da organização da Administração Federal, estabelece que os instrumentos básicos da ação governamental são o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual e o orçamento-programa anual.

Portanto, ainda que não com os mesmos nomes e formatos presentes na Constituição Federal de 1988, os instrumentos equivalentes ao plano plurianual e ao orçamento anual já estavam previstos como fundamentais para a ação governamental no Decreto-lei n.º 200/1967.

43) Vamos avaliar cada afirmativa:

() O planejamento participativo sempre é realizado por uma organização: empresa privada, ou parte dela; organização não governamental, administração pública, ou parte dela, ou ainda, um município.

- Falso. A palavra "sempre" generaliza a afirmativa, o que a torna imprecisa. O planejamento participativo pode ser adotado por diversas entidades, mas não está limitado apenas a essas listadas.

() O planejamento participativo trata-se de um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente.

- Falso. Embora a eficiência seja um objetivo, o planejamento participativo também visa inclusão, distribuição de poder, e envolvimento das partes interessadas no processo decisório.

() O planejamento participativo inclui a distribuição do poder e a possibilidade de decidir na construção não apenas do 'como' ou do 'com que' fazer, mas também do 'o que' e do 'para que' fazer".

- Verdadeiro. Esta é a essência do planejamento participativo, envolvendo as partes interessadas nas decisões fundamentais do planejamento.

() A metodologia do planejamento participativo envolve quatro momentos: explicativo, normativo, estratégico e o tático-operacional.

- Falso.

Portanto, a alternativa correta é: "c) F, F, V, F."

44) Vamos avaliar cada alternativa com base nas disposições legais relacionadas ao Plano Plurianual (PPA):

a) a sua elaboração compete privativamente ao Poder Legislativo

- Incorreto. A elaboração do PPA é de iniciativa do Poder Executivo, enquanto o Poder Legislativo é responsável por sua apreciação e aprovação.

b) é admitida a inclusão de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro

- Correto. O PPA é um planejamento de médio prazo (quadrienal), portanto, permite a inclusão de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro (ano).

c) é necessário que seja submetido à apreciação das entidades representativas dos entes municipais, após ser encaminhado à Câmara Municipal

- Incorreto. O PPA, após ser elaborado pelo Poder Executivo, é encaminhado diretamente à respectiva Casa Legislativa (no caso de municípios, à Câmara Municipal) para apreciação e aprovação.

d) para ser aprovado, é exigido o quórum de maioria simples dos membros da Câmara Municipal

- Incorreto. A exigência específica de quórum para a aprovação do PPA pode variar conforme as regras internas de cada Casa Legislativa, mas, em geral, as leis orçamentárias, incluindo o PPA, são aprovadas por maioria simples.

Portanto, a alternativa correta é: "b) é admitida a inclusão de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro."

45) O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento de médio prazo da administração pública brasileira.

Ele foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e tem por finalidade estabelecer diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estados e Municípios ao longo de um período de quatro anos.

Vejamos suas características e propósitos:

1. Duração: O PPA tem duração de quatro anos, garantindo assim que o planejamento da administração pública ultrapasse o período de um ano, que é o prazo da Lei Orçamentária Anual (LOA).

2. Momento de Elaboração: O PPA é elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do poder executivo (presidente, governador ou prefeito) e passa a vigorar no segundo ano de seu mandato, estendendo-se até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor.

Isso garante que as ações e metas estabelecidas tenham continuidade além de um único governo.

3. Conteúdo: No PPA estão descritas as diretrizes (as grandes linhas de ação), os objetivos (o que se pretende alcançar) e as metas (quantitativos a serem alcançados). Ele é a referência para a elaboração da LOA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

4. Constituição Federal: O artigo 165 da Constituição Federal estabelece que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Portanto, ao se referir ao instrumento que tem duração de quatro anos e estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, o enunciado refere-se especificamente ao Plano Plurianual (PPA).

46) O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal e se destina a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos do Estado.

É através do PPA que são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos.

Vamos entender alguns pontos mencionados na questão:

1. Duração de quatro anos: O PPA tem uma duração quadrienal, ou seja, quatro anos.

2. Começo e término: Ele começa no segundo ano de mandato de um governante e termina no final do primeiro ano do mandato do próximo, garantindo assim uma continuidade no planejamento, independentemente da troca de gestão.

3. Organização em programas e ações: O PPA é estruturado em programas, que refletem os objetivos de médio prazo da administração pública.

Esses programas são desdobrados em ações, que são operações das quais resultam bens ou serviços que atendem a uma necessidade específica.

4. Benefícios para a população: Essas ações têm como objetivo final entregar bens ou serviços que atendam às demandas da sociedade.

5. Diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada: O PPA deve considerar as particularidades e necessidades de diferentes regiões do país, garantindo um desenvolvimento mais equilibrado e atendendo às especificidades locais.

Dado tudo isso, é o Plano Plurianual (PPA) que atende à descrição dada na questão, sendo o instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública.

Por isso, a resposta correta é a alternativa "a) Plano Plurianual".

47) Analisando os contextos:

[1] Descreve corretamente o que é o Plano Plurianual (PPA) e sua função no planejamento governamental de médio prazo.

[2] Explica a duração do PPA e seu período de vigência, garantindo a continuidade do planejamento governamental.

Ambos os contextos estão corretos e consistentes com o que determina a Constituição Federal sobre o Plano Plurianual.

Portanto, a resposta correta é: "c) Os dois contextos estão corretos."

48) Vamos relacionar os tipos de planejamento governamental com suas características:

COLUNA I – TIPOS DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento tradicional

- Trata-se de um processo estático e centralizado de tomada de decisões, em que o ambiente é entendido como um dado sobre o qual serão feitas previsões.

2. Planejamento estratégico

- Trata-se de um processo contínuo e sistemático de tomada de decisões, em que os planos são permanentemente revistos, conforme as circunstâncias.

3. Planejamento estratégico situacional

- Trata-se de um processo adaptativo de tomada de decisões, que busca conceber um plano de ação para cada problema.

4. Planejamento participativo

- Trata-se de um processo político e deliberado de tomada de decisões, que busca a participação autêntica das diversas categorias da comunidade.

Portanto, a sequência correta na COLUNA II é: "b) 2, 1, 4, 3"

49) A resposta correta é: "e) Poder Executivo; PPA, LDO e LOA."

Explicação:

O Poder Executivo é o responsável pela elaboração das propostas desses instrumentos orçamentários, que depois são enviadas ao Poder Legislativo para discussão, emendas e aprovação.

A sequência é a seguinte:

1. Plano Plurianual (PPA): estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento
3. Lei Orçamentária Anual (LOA): estima as receitas e fixa as despesas do governo (federal, estadual e municipal) para o ano subsequente. É através desta lei que o orçamento é formalmente aprovado pelo Poder Legislativo.

Assim, o Poder Executivo elabora e envia esses instrumentos ao Poder Legislativo, seguindo a sequência PPA, LDO e LOA.

50) Vamos analisar as afirmativas:

I - O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, que define as estratégias, diretrizes e metas do Governo por um período de um ano.

Incorreto. O PPA tem duração de quatro anos, não de um ano.

II- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as metas e prioridades de cada ano, incluindo a meta de resultado primário.

Correto. A LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte.

III - É a LDO que estabelece a ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Correto. A LDO faz a ponte entre o que está previsto no PPA e o que será efetivamente orçado na LOA.

IV - A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro.

Correto. A LOA estabelece o orçamento para o ano subsequente.

Portanto, a alternativa correta é: "c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas."

51) Vamos analisar os itens:

I. As leis que são instrumentos do planejamento do governo são Plano Plurianual PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, e Lei Orçamentária Anual LOA.

Correto. Estes são os três instrumentos principais de planejamento do governo conforme definidos na Constituição Federal de 1988.

II. As leis, instrumentos do planejamento governamental, são de iniciativa exclusiva do poder legislativo.

Incorreto. A Constituição determina que essas leis são de iniciativa do Poder Executivo, como você citou.

III. Os projetos de lei desses instrumentos de planejamento são colocados para apreciação pela população, por meio das audiências públicas, e pelo poder executivo, que pode propor emendas aos projetos.

Incorreto. Os projetos de lei são apreciados pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). E é correto que o Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos, como citado no § 5º do Art. 166.

IV. O Plano Plurianual a PPA é o instrumento que direciona a elaboração da Lei Orçamentária Anual, determinando quais metas e prioridades serão tratadas no ano seguinte.

Incorreto. É a LDO que faz essa ligação entre o PPA e a LOA.

V. A Lei das Diretrizes Orçamentárias LDO é o instrumento que viabiliza o planejamento do governo que fixa o valor da despesa e prevê o montante das receitas a ser arrecadado com as suas devidas classificações.

Incorreto.

Dado o esclarecimento e a análise acima, a alternativa correta é: "a) I apenas."

52) O Orçamento Público é uma ferramenta fundamental na gestão e planejamento das ações do governo. Ele estabelece, para um período de um ano (anualmente), uma previsão de todas as receitas que o governo espera arrecadar e, ao mesmo tempo, todas as despesas que o governo pretende realizar.

É, em essência, uma estimativa financeira que reflete as políticas públicas que serão executadas no ano subsequente.

De acordo com a definição do site do Planejamento, o Orçamento Público é onde o governo detalha e consolida todas as receitas (ou seja, todos os valores que o governo espera receber, principalmente por meio de tributos) e despesas (ou seja, todos os gastos que o governo prevê ter, incluindo salários, investimentos, manutenção, entre outros).

Ele serve para que o governo planeje e informe à população sobre como pretende usar o dinheiro público.

Os itens citados, como recursos destinados a hospitais, manutenção de estradas, construção de escolas e pagamento de professores, são apenas alguns exemplos de como o Orçamento Público detalha a aplicação dos recursos. Cada centavo arrecadado e gasto é previsto no orçamento, garantindo transparência e permitindo que a população e os órgãos de controle acompanhem e fiscalizem a correta aplicação dos recursos públicos.

Assim, o Orçamento Público não é apenas um documento técnico ou contábil; ele é uma expressão das escolhas políticas e sociais feitas pelo governo e aprovadas pelo legislativo, indicando quais áreas e setores receberão mais ou menos recursos, de acordo com as prioridades estabelecidas.

53) Vamos avaliar cada afirmação:

() O Planejamento Estratégico pode ser visto como um conjunto de ações interligadas e complementares, realizadas nas diferentes instâncias da organização governamental, com vista a mobilizar as pessoas à ação.

Falso (F) - Conforme a fonte que você forneceu, o planejamento é focado em atingir determinados objetivos e não simplesmente mobilizar pessoas à ação. O objetivo central do planejamento estratégico é a realização de objetivos específicos da organização, e não apenas a mobilização de ações.

() É um processo sistemático que obedece a uma sequência de análises e decisões de forma a estruturar e esclarecer os cursos de ação da empresa e os objetivos que deve alcançar. Aplica-se à organização em sua totalidade e também a cada uma de suas partes: estratégias de produção, de marketing, recursos humanos, e assim por diante.

Verdadeiro (V) - O Planejamento Estratégico é de fato um processo sistemático que envolve análises e decisões, e tem um foco holístico sobre a organização.

() Desde a década de 1950, o planejamento estratégico era formalizado e implementado por meio da formulação dos planos estratégicos, em função da estabilidade e previsibilidade do macroambiente.

Falso (F) - Na década de 1950, o planejamento estratégico nas empresas estava mais focado na planificação e formalização. No entanto, o ambiente não era necessariamente estável ou previsível, e a prática evoluiu ao longo do tempo para se adaptar às mudanças no ambiente de negócios.

() O Planejamento Estratégico compreende os seguintes componentes: análise diagnóstica da situação estratégica, análise dos ambientes externo e interno, definição do plano de ação estratégica com os objetivos, metas, seleção das estratégias adequadas e implementação das estratégias funcionais e operacionais de cada área funcional, conforme plano.

Verdadeiro (V) - Esses são, de fato, componentes típicos do processo de planejamento estratégico.

Portanto, a sequência correta é: F, V, F, V.

54) Vamos avaliar cada afirmativa:

() A dimensão técnica pressupõe a racionalidade das ações, ponderando uma série de condicionantes, entre eles: prazos e recursos.

Verdadeiro (V): A dimensão técnica de fato lida com a racionalidade, organização, eficiência, recursos, prazos e outras considerações pragmáticas.

() A dimensão política inscreve-se no contexto de tomada de decisões em que a correlação de forças e de interesses distintos evidencia-se entre os sujeitos.

Verdadeiro (V): A dimensão política está ligada à negociação, poder, influência, valores, interesses e outros aspectos da interação humana em contextos organizacionais.

() Tanto na área governamental quanto privada, o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões na busca de caminhos sobre o que, por que, para que, onde, quando e como fazer.

Verdadeiro (V): O planejamento é, em essência, um processo de tomada de decisão que busca definir a direção e ação de uma organização, seja ela pública ou privada.

() No planejamento estatal, é preciso levar em conta o princípio da neutralidade em relação não apenas às finalidades e objetivos, como também à eleição dos instrumentos operacionais.

Falso (F): O planejamento estatal raramente é completamente neutro, pois reflete as prioridades, valores e objetivos do governo ou da administração em questão.

() No exercício do planejamento, o assistente social manifesta as três dimensões que constituem o seu exercício profissional: a técnico-operativa, a teórico-metodológica e a ético-política.

Verdadeiro (V): Estas são de fato três dimensões reconhecidas na prática profissional do assistente social.

Portanto, a sequência correta é: V, V, V, F, V.

Logo, a resposta correta é: "d) V, V, V, F, V".

55) Vamos analisar cada afirmação:

() O ciclo de planejamento e orçamento público brasileiro é composto por várias etapas, sendo três os instrumentos principais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Verdadeiro (V): O ciclo é composto por esses três instrumentos principais.

() O Plano Plurianual (PPA) é elaborado com o objetivo de detalhar as metas e prioridades da administração pública para o próximo ano.

Falso (F): O PPA é elaborado para um período de quatro anos, e não apenas para o próximo ano.

() A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

Falso (F): Enquanto a LDO estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, ela não é limitada apenas às despesas de capital e programas de duração continuada.

() A Lei Orçamentária Anual (LOA) obedece os parâmetros definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pelo Plano Plurianual (PPA) e estima as receitas e fixa as despesas de toda a administração pública federal.

Verdadeiro (V): A LOA de fato segue as diretrizes estabelecidas pela LDO e PPA, estima as receitas e fixa as despesas para o ano.

Assim, a sequência correta é: V, F, F, V.

Portanto, a resposta correta é: "c) V, F, F, V".

56) Vamos analisar cada afirmativa:

I. Instrumento político para moldar e articular os diversos interesses presentes no processo de intervenção governamental de políticas públicas.

Correto: O planejamento é uma ferramenta política para unificar e guiar os diversos interesses que surgem quando se está intervindo na formulação e execução de políticas públicas.

II. Processo de aprendizado contínuo nas interações de decisões políticas, o que requer, além de um conjunto de informações precisas, transparência e soluções construídas de forma compartilhada.

Correto: O planejamento, sobretudo em um contexto moderno e dinâmico, é um processo que envolve aprendizado contínuo. As soluções construídas de forma compartilhada e a transparência são aspectos essenciais dessa visão.

III. Modos de organização de políticas que envolvem fortes componentes participativos, o que supõe um alto grau de horizontalidade em suas concepções.

Correto: O planejamento moderno tende a envolver componentes participativos, em que diferentes partes interessadas têm voz no processo. Isso leva a uma abordagem mais horizontal, em vez de uma abordagem vertical e hierárquica.

IV. Capacidade de prover as políticas de informações técnicas, de prever o futuro e antecipar os problemas que possam impactar a política, estabelecendo as soluções necessárias, garantindo a eficiência do processo.

Incorreto: Enquanto o planejamento estratégico pode envolver prover informações técnicas e buscar prever desafios futuros, a ideia de que o planejamento tem a capacidade de "prever o futuro" é problemática. O futuro é incerto, e enquanto o planejamento pode ajudar a preparar uma organização ou governo para cenários futuros possíveis, não pode prever o futuro com precisão. Além disso, a eficácia das soluções não é garantida apenas pelo processo de planejamento; a implementação e o contexto em que as políticas são aplicadas também são fundamentais.

Dada essa análise, a opção correta seria aquela que inclui as afirmativas I, II e III, que é: "a) I, II e III."

57) Vamos analisar cada uma das afirmações:

() O Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Verdadeiro (V): O Plano Plurianual (PPA) efetivamente estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital.

() O projeto do Plano Plurianual elaborado no primeiro ano de governo, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício.

Falso (F): O projeto do PPA é elaborado no primeiro ano de mandato e encaminhado até quatro meses antes do encerramento desse ano, ou seja, até 31 de agosto.

() As regras para os gastos com pessoal são definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Verdadeiro (V): A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Ela orienta a elaboração do Orçamento e altera a legislação tributária, podendo definir regras para os gastos com pessoal.

() A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Falso (F): A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. Também, não se permite que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada supere a variação do índice de preços previsto na LDO.

Dessa forma, a sequência correta é: V - F - V - F.

Portanto, a resposta correta é: "a) V - F - V - F."